

ÂMBAR ENERGIA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais
e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021

ÂMBAR ENERGIA S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas - método indireto

Demonstrações dos valores adicionados individuais e consolidadas - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Âmbar Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Âmbar Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Âmbar Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação a Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante sobre a continuidade operacional de investimentos

Continuidade operacional das Companhias eólicas investidas do Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Milão (FIP Milão)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13.1 (c) às demonstrações contábeis, o Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Milão possui investimentos em 13 companhias eólicas originadas do Leilão Público nº 5/2013 ("Leilão"), realizado em 23 de agosto de 2013, cujo objeto deste leilão foi a contratação de Energia de Reserva proveniente de empreendimentos de geração, a partir da fonte eólica, destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). De acordo com o referido Leilão, as Companhias eólicas possuíam a obrigação de iniciarem as suas operações comerciais até setembro de 2015, porém com a decretação de falência da Wind Power Energia S.A. (WPE), principal fornecedor dos empreendimentos de aerogeradores, e a consequente rescisão dos contratos de fornecimentos, não cumpriu os prazos determinados, e foram descontratadas do referido leilão. Em 02 de dezembro de 2019, os acionistas das Companhias aprovaram a dissolução e início do processo de liquidação das Companhias.

Ao longo de 2020, foi realizado um diagnóstico completo para avaliar a viabilidade do negócio, contemplando o custo e o investimento necessário para a continuidade do projeto eólico. Em outubro de 2020, as eólicas do complexo Punaú (Carnaúba I Eólica S.A., Carnaúba II Eólica S.A., Carnaúba III Eólica S.A., Carnaúba V Eólica S.A., Cervantes I Eólica S.A., Cervantes II Eólica S.A. e Punaú I Eólica S.A.) foram liquidadas, na qual todos os ativos remanescentes e avaliados foram vendidos para São Galvão Eólica S.A., mediante a celebração de contrato de compra e venda de ativos celebrado em 29 de outubro de 2020, os demais saldos foram repassados para os sócios. O projeto eólico foi disponibilizado para venda em 2021, e a Companhia está em processo de negociação com os potenciais compradores. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Recuperação do valor do imobilizado e intangível (impairment)

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração da Companhia é responsável, para cada ano de reporte, por avaliar se existe alguma indicação de que os bens que integram o ativo imobilizado e intangível possam ter seus saldos registrados contabilmente por valor que exceda seus valores de recuperação no uso normal de suas operações. Uma vez que foram detectados indicadores, o teste de recuperabilidade desses ativos foi requerido, através da determinação do seu valor recuperável em uso. Conforme as Notas Explicativas nºs 15 e 16 às demonstrações contábeis consolidadas, o saldo do ativo imobilizado e intangível em 31 de dezembro de 2021, soma o montante de R\$ 1.245.958 mil. Devido ao significativo julgamento profissional envolvido na definição das premissas para cálculo do valor recuperável da unidade geradora de caixa, de geração de energia, que é a própria Companhia, consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Como resposta de auditoria, dentre outros, efetuamos os seguintes procedimentos com o apoio de especialistas:

- Avaliamos a aderência da metodologia empregada pela Administração da Companhia para o cálculo do valor recuperável com relação aos requerimentos do CPC 01 (R1);
- Avaliamos as premissas utilizadas pela Administração da Companhia na determinação do valor recuperável em uso;
- Realizamos recálculo independente, sensibilizando as principais premissas utilizadas;
- Avaliamos se as divulgações associadas relevantes foram efetuadas às demonstrações contábeis conforme aquelas requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas e premissas adotadas pela Administração, assim como os cálculos e avaliações realizadas e, as suas respectivas divulgações nas referidas notas explicativas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Provisão para contingências cíveis significativa

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 23 às demonstrações contábeis, a sua controlada Âmbar Uruguaiana Energia S.A. é parte passiva em processos judiciais de natureza cível no montante de R\$ 143.566 mil, em relação ao montante de R\$ 148.585 mil (consolidado) que compõe a rubrica, decorrentes do curso normal de suas atividades. Algumas leis e regulamentos no Brasil possuem grau de complexidade elevados, e, portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões e contingências, relativos aos processos, requer significativo julgamento profissional da Administração da controlada, mesmo com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos. Essa situação pode resultar em mudanças substanciais nos saldos de provisões quando fatos novos surgem ou à medida que os processos são analisados em juízo e/ou administrativamente. Devido à complexidade e relevância envolvidos no processo de mensuração das provisões, probabilidade de desembolso futuro e determinação das respectivas divulgações, consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Como resposta de auditoria, dentre outros, efetuamos os seguintes procedimentos:

- Obtivemos a listagem dos assessores jurídicos que apoiam a controlada nos processos judiciais e administrativos e confrontamos as informações de natureza contingencial e o passivo para riscos cíveis utilizadas pela controlada com àquelas conduzidas pelos advogados internos e externos e com as informações contábeis, incluindo as classificações com relação as estimativas de perda;
- Avaliamos a adequação da mensuração, suficiência e reconhecimento da provisão para riscos cíveis e análise dos dados e informações históricas;
- Avaliamos se as divulgações associadas relevantes foram efetuadas às demonstrações contábeis conforme aquelas requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas referidas notas explicativas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Contas a receber - geração de energia conforme Portaria N° 17/2021 - Ministério de Minas e Energia

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 6 às demonstrações contábeis, a Controlada Âmbor Uruguiana Energia S.A. possui contas a receber decorrente de geração de energia conforme Portaria N° 17/2021 - Ministério de Minas de Energia (MME) não faturado, no montante de R\$ 767.015 mil em 2021, muito embora os requerimentos de reconhecimento de receitas terem sido atingidos conforme o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, o montante a ser recebido, possui questões regulatórias junto ao Operador Nacional do Sistema (ONS) e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) a serem resolvidas no âmbito judicial, cuja a avaliação da Administração da Companhia, mesmo assessorada pelo seus advogados, possui um julgamento significativo na avaliação de quando e por qual montante será liquidada a transação, em atendimento soa requerimentos do CPC 48 - Instrumentos financeiros. Em razão da ocorrência de convicção existente da Administração da Companhia, quanto a não se esperar perdas decorrentes da transação e a sua liquidação de ocorrer no curto prazo, existindo avanços no âmbito judicial e o oferecimento de garantias. Devido à complexidade e relevância envolvidos no processo de avaliação da liquidação da transação, bem como, a determinação das respectivas divulgações, consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Como resposta de auditoria, dentre outros, efetuamos os seguintes procedimentos:

- Recebimento e avaliação do parecer jurídico sobre a situação do andamento da disputa comercial;
- Análise no relatório extraído do sistema de liquidação da CCEE demonstrando o valor a liquidar pelo agente;
- Análise do Custo Variável Unitário - CVU da Usina Termelétrica através despacho divulgado;
- Avaliação de risco e de estimativas da Companhia no sentido de ter a razoabilidade de recebimento do referido crédito;
- Análise da divulgação adequada desta transação, riscos relacionados e avaliação de perdas, nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Baseados nesses procedimentos de auditoria, consideramos que as estimativas avaliadas pela Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações divulgadas nas demonstrações contábeis, tomadas em conjunto.

Combinação de negócio - Âmbar Uruguaiiana Energia S.A.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4 às demonstrações contábeis, ocorreu aquisição de negócio aderente ao CPC 15 (R1), que contempla mais valia de ativo imobilizado e ativo indenizatório no montante de R\$ 118.756 mil. O processo de avaliação e mensuração dos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos e da determinação do preço de aquisição foi conduzido pela Administração da Companhia e sua controlada Âmbar Comercializadora de Gás Ltda. e envolveu, inclusive, a contratação de avaliadores especialistas externos. Consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria devido à complexidade inerentes aos processos de combinação de negócios, que envolvem, determinação da data de aquisição, bem como na identificação e determinação dos valores justos dos ativos adquiridos, passivos assumidos e ágio apurado decorrente das negociações.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Leitura do contrato e atas de reunião relacionados com a aquisição, bem como obtenção de evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle pela Companhia e sua controlada;
- Envolvimento de nossos especialistas em avaliação de mais valia de ativos para análise da metodologia utilizada pelos avaliadores externos contratados pela Companhia e sua controlada, para mensuração do valor justo dos ativos líquidos e avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando-os, quando disponíveis, com informações de mercado;
- Avaliação dos balanços iniciais na data em que o controle é adquirido, quanto as práticas contábeis adotadas pela empresa adquirida se são condizentes com as práticas contábeis adotadas no Brasil;
- Revisão do cálculo de determinação da mais valia alocada apurado nas transações; e
- Avaliação da adequada divulgação das informações em notas explicativas das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria sobre a combinação de negócio, que está consistente com a avaliação realizada, consideramos que os julgamentos e as premissas utilizadas pela Administração no processo de identificação e mensuração do valor justo dos ativos líquido na combinação de negócio e a determinação de mais valia, mesmo que preliminar, são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, estão adequadas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Componentes relevantes na Rubrica "Investimentos" nas demonstrações contábeis e no processo de consolidação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, cujas controlada e controladas em conjunto são significativas e relevantes neste processo de preparação das demonstrações contábeis e na consolidação dessas informações das investidas, que são auditadas por outros auditores independentes, considerados auditores de componentes sobre as demonstrações contábeis de grupo, conforme Notas Explicativas nºs 1.1 e 13, cujos montantes dos investimentos em sua totalidade são R\$ 1.846.166 mil (Controladora) e R\$ 498.889 mil (Consolidado).

Entendemos que no processo de avaliação desses investimentos, dada a sua relevância na composição dos saldos, transações e divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é um principal assunto de auditoria.

Adicionalmente, o processo de consolidação possui complexidades em face dos negócios diversificados no setor de energia e gás, moeda funcional diferente da sua entidade investida na Bolívia e eliminações de saldos entre partes relacionadas.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram comunicação com os auditores dos componentes com o objetivo de discutir os riscos de auditoria identificados, o enfoque, alcance e época dos trabalhos.

Emitimos instruções de auditoria e revisamos a documentação de auditoria apropriada e suficiente que fundamentou a opinião dos outros auditores independentes dos componentes significativos, bem como discutimos os resultados alcançados.

Em relação aos principais assuntos de auditoria identificados, discutimos com os auditores dos componentes significativos e avaliamos seus impactos nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

No que tange ao processo de consolidação, examinamos se os saldos e informações utilizadas estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis das investidas, e se estão de acordo com as práticas contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria sobre a avaliação dos componentes significativos e avaliação do processo de consolidação, consideramos que estão adequados e suficientes para a conclusão da auditoria de grupo, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, estão adequadas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valor justo dos contratos de energia - Âmbar Comercializadora de Energia Ltda.

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 29, a controlada Âmbar Comercializadora de Energia Ltda. possui registrado saldos no ativo e passivo, circulante e não circulante, de valor justo dos contratos de energia decorrentes de diversos contratos futuros de venda ou compra energia que foram firmados com outras contrapartes, que perfaz o resultado líquido de R\$ 73.151 mil, em 31 de dezembro de 2021.

A Administração avalia o valor justo destes ativos e passivos financeiros, baseado nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, cuja hierarquia utilizada está vinculada ao nível 2, ou seja, baseado em informações disponíveis que são observáveis diretamente ou indiretamente no mercado ativo, tais como, preço estabelecidos nas operações de compras ou vendas recentes, preço projetado pelos agentes do setor elétrico para o período de disponibilidade, informações corroboradas pelo mercado, entre outros.

Devido a existência de estimativas significativas utilizadas na mensuração do valor justo dos contratos de energia, bem como eventuais mudanças nas premissas e estimativas usadas poderiam ter nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos como principal assunto de auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, sendo requeridas somente para as companhias abertas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- (i) Testes amostrais de documentos realizados para validação da base de cálculo do valor justo dos contratos de energia e procedimentos de confirmações externas de volume energético descritos nos contratos firmados com as contrapartes;
- (ii) Com o auxílio de especialistas em formação do preço forward de energia, realizada avaliação de adequação do preço futuro de energia e outras premissas que foram utilizadas pela controlada para determinar o valor justo dos contratos de energia nas respectivas datas base, taxa de desconto e fatores de risco de crédito;
- (iii) Recálculo das transações que estavam em aberto nas respectivas datas base;
- (iv) Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideram as informações relevantes.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que as bases de avaliação e a metodologia das avaliações estão adequadas, bem como as divulgações realizadas no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de março de 2022.



BDO RCS Auditores Associados Ltda.
CRC 2 SP 015165/O-8


Robinson Meira
Contador CRC 1 SP 244496/O-5

ÂMBAR ENERGIA S.A.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	01/01/2020 (Reapresentado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	01/01/2020 (Reapresentado)
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5	169.484	29.016	353	258.824	141.433	5.141
Contas a receber	6	701.575	270.697	151.386	1.518.375	292.363	160.938
Estoques		6.364	1.766	-	10.096	5.192	2.946
Almoxarifado	7	30.815	18.204	19.549	45.757	18.204	19.565
Juros sobre capital próprio		-	-	1.550	-	-	-
Tributos e contribuições a compensar	8	83.496	27.489	29.269	158.071	27.684	29.361
Valor justo dos contratos de energia	29	-	-	-	67.534	13.193	-
Ativos mantidos para venda	14	8.673	-	1.099.918	8.673	-	1.342.647
Outros ativos circulantes	10	80.573	4.262	25.912	75.523	4.727	26.388
		1.080.980	351.434	1.327.937	2.142.853	502.796	1.586.986
Não circulante							
Partes relacionadas	9	414.240	256.955	92.524	367.841	167.292	92.360
Tributos e contribuições a compensar	8	7.315	7.315	6.501	9.142	9.141	6.501
Depósitos, cauções e outros		6.941	6.941	6.941	11.338	6.973	6.973
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	10.744	12.346	12.346	58.902	46.811	39.623
Ativo Indenizatório	11	-	-	-	78.673	-	-
Aplicação Fundos Vinculados	12	-	-	-	60.908	-	-
Valor justo dos contratos de energia	29	-	-	-	122.022	-	-
Outros ativos não circulantes	10	528	-	46.014	1.626	-	46.014
Investimentos	13	1.846.166	1.407.763	777.285	498.889	467.293	49.379
Imobilizado	15	167.227	186.994	184.870	451.526	240.859	235.889
Intangível	16	30	47	73	794.432	767.087	684.028
		2.453.191	1.878.361	1.126.554	2.455.299	1.705.456	1.160.767
Total do Ativo		3.534.171	2.229.795	2.454.491	4.598.152	2.208.252	2.747.753

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ÂMBAR ENERGIA S.A.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	01/01/2020 (Reapresentado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	01/01/2020 (Reapresentado)
Circulante							
Empréstimos e financiamentos	17	952.077	246.222	336.426	1.509.091	246.222	336.426
Fornecedores	18	54.783	242.468	172.522	131.168	242.940	163.195
Partes relacionadas	9	5.000	5.001	-	5.000	5.001	-
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	19	81.077	32.521	36.200	167.392	43.385	47.063
Outros passivos circulantes	21	63.765	12.052	7.663	76.724	14.063	9.306
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	16
Valor Justo dos contratos de energia	29	-	-	-	75.334	14.618	-
Adiantamentos de clientes	22	-	-	-	79.834	38.719	-
Passivos mantidos para venda		-	-	-	-	-	231.767
		<u>1.156.702</u>	<u>538.264</u>	<u>552.811</u>	<u>2.044.543</u>	<u>604.948</u>	<u>787.773</u>
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	17	47.543	-	158.571	47.543	-	158.571
Fornecedores	18	20.586	17.453	25.249	75.896	17.453	25.249
Partes relacionadas	9	579.444	515.166	375.837	473.313	478.313	488.556
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	19	-	-	-	6.502	6.956	6.333
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	4.277	4.322	4.603	179.717	107.941	90.183
Provisão para riscos processuais e fiscais	23	1.620	114.007	1.383	148.585	114.675	2.036
Provisão para perda com investimentos	13	151.160	168.860	158.667	-	-	-
Outros passivos não circulantes	21	50.078	-	-	52.009	-	-
Valor Justo dos contratos de energia	29	-	-	-	41.071	-	-
		<u>854.708</u>	<u>819.808</u>	<u>724.310</u>	<u>1.024.636</u>	<u>725.338</u>	<u>770.928</u>
Patrimônio Líquido							
Capital social	24	1.019.760	1.019.760	1.304.524	1.019.760	1.019.760	1.304.524
Transações de capital		(1.804)	(1.804)	(1.804)	(1.804)	(1.804)	(1.804)
Reserva de capital		8.013	8.013	8.013	8.013	8.013	8.013
Reserva de lucros		421.043	-	-	421.043	-	-
Prejuízos acumulados		-	(214.090)	(154.286)	-	(214.090)	(154.286)
Outros resultados abrangentes		75.749	59.844	20.923	75.749	59.844	20.923
Atribuível a participação dos acionistas		<u>1.522.761</u>	<u>871.723</u>	<u>1.177.370</u>	<u>1.522.761</u>	<u>871.723</u>	<u>1.177.370</u>
Participação dos não controladores		-	-	-	6.212	6.243	11.682
Total do Patrimônio Líquido		<u>1.522.761</u>	<u>871.723</u>	<u>1.177.370</u>	<u>1.528.973</u>	<u>877.966</u>	<u>1.189.052</u>
Total do Passivo e patrimônio líquido		<u><u>3.534.171</u></u>	<u><u>2.229.795</u></u>	<u><u>2.454.491</u></u>	<u><u>4.598.152</u></u>	<u><u>2.208.252</u></u>	<u><u>2.747.753</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ÂMBAR ENERGIA S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020 (Reapresentado)	2021	2020 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	26	1.167.796	377.303	2.062.565	421.058
Custo operacionais	27	(929.749)	(341.695)	(1.405.106)	(354.285)
Resultado do valor justo de contratos de energia	29	-	-	74.576	(1.425)
Resultado bruto		238.047	35.608	732.035	65.348
Despesas administrativas e gerais	27	(17.252)	(21.774)	(37.362)	(31.692)
Outras despesas, líquidas	27	59.337	(75.932)	10.867	(75.977)
		42.085	(97.706)	(26.495)	(107.669)
Resultado operacional		280.132	(62.098)	705.540	(42.321)
Resultado financeiro					
Receita financeira	28	19.206	30.602	70.683	90.124
Despesa financeira	28	(82.923)	(128.520)	(121.520)	(153.361)
		(63.717)	(97.918)	(50.837)	(63.237)
Resultado de equivalência patrimonial e realização da menos valia	13	420.910	99.931	40.822	45.383
Resultado antes do IRPJ e CSLL		637.325	(60.085)	695.525	(60.175)
IRPJ e CSLL corrente	20	(138)	-	(4.870)	(4.619)
IRPJ e CSLL diferido	20	(1.557)	281	(54.931)	5.763
Resultado do exercício das operações continuadas		635.630	(59.804)	635.724	(59.031)
Resultado das operações descontinuadas	14	(496)	-	(496)	-
Resultado do exercício		635.134	(59.804)	635.228	(59.031)
Atribuído a:					
Participação dos controladores		635.134	(59.804)	635.134	(59.804)
Participação dos não controladores		-	-	94	773
		635.134	(59.804)	635.228	(59.031)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ÂMBAR ENERGIA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020 (Reapresentado)	2021	2020 (Reapresentado)
Resultado do exercício	635.134	(59.804)	635.228	(59.031)
Ajuste acumulado de conversão (controlada)	(11.445)	(44.169)	(11.445)	(44.169)
Ajuste acumulado de conversão	27.350	83.090	27.350	83.090
Total do resultado abrangente do exercício	<u>651.039</u>	<u>(20.883)</u>	<u>651.133</u>	<u>(20.110)</u>
Total do resultado abrangente atribuível a:				
Controladores	651.039	(20.883)	651.039	(20.883)
Não controladores	-	-	94	773
	<u>651.039</u>	<u>(20.883)</u>	<u>651.133</u>	<u>(20.110)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ÂMBAR ENERGIA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Reserva de Lucros							Lucro Prejuízos acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido
	Capital social	Transações de Capital	Reserva especial de ágio	Reserva Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Outros Resultados Abrangentes				
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	1.304.524	(1.804)	8.013	-	-	-	20.923	(154.286)	1.177.370	11.682	1.189.052
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(59.804)	(59.804)	773	(59.031)
Ajuste acumulado de conversão (controlada)	-	-	-	-	-	-	(44.169)	-	(44.169)	-	(44.169)
Ajustes acumulados de conversão (ágio)	-	-	-	-	-	-	83.090	-	83.090	-	83.090
Aumento de capital	236	-	-	-	-	-	-	-	236	-	236
Redução de capital	(285.000)	-	-	-	-	-	-	-	(285.000)	-	(285.000)
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.212)	(6.212)
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	1.019.760	(1.804)	8.013	-	-	-	59.844	(214.090)	871.723	6.243	877.966
Reserva de incentivo fiscal - exercício anterior	-	-	-	104.304	-	-	-	(104.304)	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	635.133	635.133	94	635.227
Ajuste acumulado de conversão (controlada)	-	-	-	-	-	-	(11.445)	-	(11.445)	-	(11.445)
Ajustes acumulados de conversão (ágio)	-	-	-	-	-	-	27.350	-	27.350	-	27.350
Reserva legal	-	-	-	-	12.866	-	-	(12.866)	-	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	244.442	-	(244.442)	-	-	-
Reserva de incentivo fiscal	-	-	-	59.431	-	-	-	(59.431)	-	-	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(125)	(125)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.019.760	(1.804)	8.013	163.735	12.866	244.442	75.749	-	1.522.761	6.212	1.528.973

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ÂMBAR ENERGIA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020 (Reapresentado)	2021	2020 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	635.134	(59.804)	635.228	(59.031)
Ajustes por:				
Depreciação, amortização e impairment	20.175	21.770	60.057	28.308
Ganhos/Perdas com equivalência patrimonial	(420.912)	(99.931)	(40.818)	(45.383)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	1.557	(281)	54.931	(5.763)
Provisão de resultado financeiro líquido	47.624	72.758	47.461	91.061
Provisão para contingências	211	-	4.062	-
Encargos de empréstimos e financiamentos	16.095	25.160	26.292	25.160
Valor Justo dos contratos futuros de energia	-	-	(74.577)	-
Variação Cambial de ativos e passivos	-	-	(22.920)	(52.984)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	-	(242.679)	-
Baixa de ativo imobilizado	507	-	25.064	-
Resultado com operação descontinuada	496	-	496	-
Outros	1	-	1	1.424
	<u>300.888</u>	<u>(40.328)</u>	<u>472.598</u>	<u>(17.208)</u>
Variação em:				
Contas a receber	(430.880)	(119.311)	(1.225.991)	(131.425)
Estoques e almoxarifado	(17.210)	(420)	(32.454)	(885)
Impostos a recuperar circulante e não circulante	(56.006)	966	(104.166)	(963)
Outros ativos circulantes e não circulantes	(80.352)	48.628	(31.236)	37.018
Depósitos, cauções e outros	-	-	(27)	-
Fornecedores	(184.550)	87.398	(55.672)	97.198
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	48.694	(3.679)	129.342	13.278
Outros passivos circulantes e não circulantes	(58.428)	44.576	(109.034)	27.331
Adiantamento de clientes	-	-	41.115	38.719
Ativos mantidos para venda	-	753.168	-	753.168
Variações em ativos e passivos operacionais	<u>(778.732)</u>	<u>811.326</u>	<u>(1.388.123)</u>	<u>833.439</u>
Juros pagos de empréstimos	(14.421)	(330)	(14.843)	(1.014)
Juros recebidos	3.514	288	33.580	2.121
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(138)</u>	<u>-</u>	<u>(1.454)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais	(488.889)	770.956	(898.242)	817.338
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(899)	(23.867)	(10.036)	(24.431)
Aportes nos investimentos controladas e coligadas	(28.528)	(142.825)	(78)	(13.195)
Caixa pago, líquido do recebido na aquisição de controlada	-	-	(15.429)	-
Dividendos recebidos	131	3.197	131	1.663
Outros	(63)	-	(368)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(29.359)</u>	<u>(163.495)</u>	<u>(25.780)</u>	<u>(35.963)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos captados	1.256.073	80.000	2.326.008	80.000
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(496.073)	(353.049)	(1.007.347)	(353.049)
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	(60.908)	-
Custo de captação	(8.276)	(885)	(11.034)	(885)
Aumento (redução) do capital social	-	(284.764)	-	(284.763)
Transações com partes relacionadas	(93.008)	(20.100)	(205.550)	(80.173)
Participação de não controladores - impacto caixa	-	-	244	(6.213)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos	<u>658.716</u>	<u>(578.798)</u>	<u>1.041.413</u>	<u>(645.083)</u>
Variação cambial sobre caixa e equivalentes				
Variação líquida no exercício	140.468	28.663	117.391	136.292
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>29.016</u>	<u>353</u>	<u>141.433</u>	<u>5.141</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>169.484</u>	<u>29.016</u>	<u>258.824</u>	<u>141.433</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ÂMBAR ENERGIA S.A.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020 (Reapresentado)	2021	2020 (Reapresentado)
Receita operacional				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.301.611	418.336	2.304.595	472.196
Outras receitas	-	-	74.576	-
	<u>1.301.611</u>	<u>418.336</u>	<u>2.379.171</u>	<u>472.196</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(891.782)	(301.489)	(1.348.601)	(301.735)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.689)	(86.093)	(11.732)	(94.697)
Perda / Recuperação de valores ativos	(11)	(10)	(20)	(10)
	<u>(895.482)</u>	<u>(387.592)</u>	<u>(1.360.353)</u>	<u>(396.442)</u>
Valor adicionado bruto	<u>406.129</u>	<u>30.744</u>	<u>1.018.818</u>	<u>75.754</u>
Depreciação e Amortização	(20.175)	(21.770)	(35.873)	(28.307)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>385.954</u>	<u>8.974</u>	<u>982.945</u>	<u>47.447</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	420.910	99.931	40.822	45.383
Receitas financeiras	19.206	30.602	70.966	90.124
Resultado líquido das operações descontinuadas	(496)	-	(496)	-
Outras	59.432	-	12.065	(774)
Valor adicionado total a distribuir	<u>885.006</u>	<u>139.507</u>	<u>1.106.302</u>	<u>182.180</u>
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	26.448	25.702	39.275	33.796
Benefícios	3.737	2.818	6.022	2.879
FGTS	1.014	945	1.214	1.021
	<u>31.199</u>	<u>29.465</u>	<u>46.511</u>	<u>37.696</u>
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	138.493	41.556	304.574	50.756
Estaduais	-	-	716	401
Municipais	-	-	-	-
	<u>138.493</u>	<u>41.556</u>	<u>305.290</u>	<u>51.157</u>
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	79.759	127.568	117.391	151.647
Aluguéis	267	576	1.272	934
Outras	154	146	704	550
	<u>80.180</u>	<u>128.290</u>	<u>119.367</u>	<u>153.131</u>
Remuneração de capitais próprios				
Lucro atribuído aos acionistas controladores	635.134	(59.804)	635.228	(59.031)
Lucro atribuído aos acionistas não controladores	-	-	(94)	(773)
	<u>635.134</u>	<u>(59.804)</u>	<u>635.134</u>	<u>(59.804)</u>
Valor adicionado total distribuído	<u>885.006</u>	<u>139.507</u>	<u>1.106.302</u>	<u>182.180</u>

Notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Âmbar Energia S.A. ("Companhia" ou "Âmbar") foi constituída em 30 de janeiro de 1997 e é parte integrante do Projeto Cuiabá, que também compreende as Empresas Gasocidente do Mato Grosso Ltda. ("GOM") e Gasorient Boliviano Ltda. ("GOB"). A Companhia tem como objeto social a prestação de serviço de operação e manutenção de usinas termelétricas e a geração, transmissão e comercialização de energia, bem como a compra, importação, comercialização e distribuição de gás natural, óleo diesel e outros combustíveis.

As atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ("ANEEL"). Assim, a Companhia foi autorizada a implantar uma usina termelétrica de ciclo combinado ("Usina"), com duas turbogeradoras a gás, de 167,40 MW cada uma, e uma turbogeradora a vapor de 194,40 MW. As três turbogeradoras totalizavam 529,20 MW de potência instalada, em ciclo combinado, utilizando como combustível o gás natural.

De 2011 a outubro de 2015 a Companhia possuía contrato com a Petrobras de locação e serviços de manutenção e operação da Usina. A partir de 20 de outubro de 2015 a Âmbar iniciou a operação no Mercado de Energia à Curto Prazo com a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). O insumo (Gás Natural) foi adquirido da Petrobras e o contrato ficou vigente até 15 de janeiro de 2015. No ano de 2016 a Companhia basicamente não teve geração por decisão gerencial devido à baixa no preço da energia. Em 12/11/2021, foi realizado um novo contrato interruptível de compra e venda de gás natural com vigência até 04/02/2022.

No mês de novembro de 2016, a Âmbar S.A. firmou um contrato interrompível com a YPFB (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos) para fornecimento de gás natural. O contrato tem duração de quatro anos e terminará em 31 de dezembro de 2019. Em 26 de julho de 2019, firmou o primeiro aditivo do contrato que estendeu a vigência para 31 de dezembro de 2020. Em 28 de dezembro de 2020, firmou o segundo aditivo do contrato que estendeu a vigência para 31 de dezembro de 2025.

Em 25 de fevereiro de 2019, a Âmbar firmou um contrato com a GOM - Gasocidente do Mato Grosso Ltda, de prestação de serviço de transporte extraordinário de gás natural pelo transportador (GOB - Gasorient Boliviano Ltda) e este teve vigência de 1 mês. No dia 26 de julho de 2019 a Companhia firmou um novo contrato com a GOM com vigência até 31 de dezembro de 2019. Em janeiro de 2020 foi firmado um novo contrato que terminará em 31 de dezembro de 2020. Em 21/12/2021 houve a renovação do contrato de prestação de serviço com a GOM alterando a vigência para 31/12/2022, a uma tarifa de R\$ 3,2267/MMBTU.

No dia 15 de junho de 2021, a Âmbar adquiriu a Usina Uruguaiana (Âmbar Uruguaiana S.A.) a qual agrega para o Grupo Âmbar 640 megawatts (MW) de capacidade à matriz elétrica brasileira. O potencial da Âmbar atinge 1,16 gigawatt (GW) com essa aquisição.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

Por unanimidade dos sócios, em 30/11/2021 houve a alteração da sociedade limitada em uma sociedade por ações, passando assim, a denominar-se Âmbar Energia S.A.

Com a aquisição da Âmbar Uruguaiana a Companhia teve o seu melhor desempenho operacional no ano de 2021, registrou um aumento significativo do seu faturamento comparado ao ano anterior, levando o resultado bruto de R\$ 65.348 para R\$ 732.035. A expectativa da Companhia é manter ou aumentar nos próximos anos essa performance, com isso a Companhia entende que não existe risco de continuidade.

1.1. Principais investimentos e atividades

As demonstrações contábeis a seguir apresentadas, incluem além das operações individuais, as atividades de suas controladas. A seguir segue quadro resumo dos principais investimentos e atividades:

Denominação utilizada	Atividades	Estado/ País	Participação	%
Gasoriental Boliviano (GOB)	Operação de transporte de gás natural através do gasoduto Brasil/Bolívia.	Bolívia	Direta	99,99%
Gasocidente Matogrosso Ltda. (GOM)	Operação de instalação de Transporte de Gás Natural	MT	Direta	99,26%
Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Milão (FIP MILÃO)	Fundo de investimento em ações ou títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações das investidas com foco no setor de energia.	SP	Direta	99%
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizados (FDIC NP Ceres)	Fundo de investimento em renda fixa e créditos performados decorrentes da geração e comercialização de energia elétrica.	SP	Direta	2,66%
Âmbar Comercializadora de Gás Ltda.	Importação e a compra interna de gás natural	SP	Direta	100%
Âmbar Comercializadora de Energia Ltda.	Comercialização de energia elétrica	SP	Direta	99,99%
Solar Alphaville SPE Ltda.	Operação e manutenção de usina fotovoltaica	SP	Direta	99,71%
Solar Cajamar SPE Ltda.	Operação e manutenção de usina fotovoltaica	SP	Direta	99,71%
Solar Matriz SPE Ltda.	Operação e manutenção de usina fotovoltaica	SP	Direta	99,71%
Solar Santana do Parnaíba SPE Ltda.	Operação e manutenção de usina fotovoltaica	SP	Direta	99,99%
Âmbar Uruguaiana S.A.	Produção e comercialização de energia termoelétrica	RS	Indireta	100%
Triângulo Mineiro Transmissora S.A. (TMT)	Concessão de serviços públicos de transmissão de energia.	RJ	Indireta	50,49%
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (VSB)	Concessão de serviços públicos de transmissão de energia.	RJ	Indireta	50,49%
Bom Jesus Eólica S.A.	Geração de energia eólica - Não operacional	RJ	Indireta	50,48%
Cachoeira Eólica S.A.	Geração de energia eólica - Não operacional	RJ	Indireta	50,48%
Pitumbu Eólica S.A.	Geração de energia eólica - Não operacional	RJ	Indireta	50,48%
São Caetano Eólica S.A.	Geração de energia eólica - Não operacional	RJ	Indireta	50,48%
São Caetano I Eólica S.A.	Geração de energia eólica - Não operacional	RJ	Indireta	50,48%
São Galvão Eólica S.A.	Geração de energia eólica - Não operacional	RJ	Indireta	50,48%

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Companhias por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que são convergentes as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações contábeis individuais da controladora estão identificadas como "Controladora" e as demonstrações contábeis consolidadas estão identificadas como "Consolidado".

A elaboração das demonstrações contábeis requer uso de certas estimativas contábeis no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor justo de itens relacionados a combinações de negócios, valor recuperável de impostos a recuperar, vida útil do ativo imobilizado, provisões para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, benefícios de aposentadoria, mensuração a valor justo de instrumento financeiro e valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização pode divergir das estimativas. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e as premissas contábeis utilizadas no mínimo trimestralmente. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a revisão. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia e suas controladas.

A seguir as principais práticas contábeis, a fim de proporcionar um entendimento a respeito de como a Administração forma seus julgamentos a respeito de eventos futuros, incluindo as premissas utilizadas nas estimativas e a sensibilidade desses julgamentos para diferentes variáveis e condições, abaixo são apresentadas as principais políticas contábeis:

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 23 de março de 2022.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.2. Instrumentos financeiros

Ativo financeiro

a) Classificação ativo financeiro

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado (CA); (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJR”); ou (iii) valor justo por meio do resultado (“VJORA”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

c) Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia e transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

3.3. Valor justo dos contratos de energia

A Companhia tem um portfólio de contratos de energia (compra e venda) que visam atender demandas ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Além disso, existe um portfólio de contratos que compreende posições forward, geralmente de curto prazo. Para este portfólio, não há compromisso de combinar uma compra com um contrato de venda. A Companhia tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Contratos nesta carteira podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (por exemplo: celebrando com a contraparte contrato de compensação; ou “desfazendo sua posição” do contrato antes de seu exercício ou prescrição; ou em pouco tempo após a compra realizar venda com finalidade de gerar lucro por flutuações de curto prazo no preço ou ganho com margem de revenda).

Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas pelo valor líquido à vista, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IFRS 9 / CPC 48 e são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes, (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade.

Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data base.

3.4. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

3.5. Contabilização de combinação de negócios, teste de recuperabilidade de ágio e de ativos intangíveis

A Companhia realizou aquisições que geraram ágio de rentabilidade futura e outros ativos intangíveis de vida útil definida. As regras contábeis vigentes não permitem que em uma combinação de negócio, o ágio de rentabilidade futura seja amortizado, entretanto, ele deve ter o seu valor de recuperabilidade testado ao menos anualmente. A Administração utiliza de julgamentos para identificar ativos e passivos tangíveis e intangíveis, valorizar tais ativos e passivos, também para a determinação de sua vida útil, e geralmente contrata prestadores de serviços para assistir no processo de valorização.

O processo de valorização utiliza-se de premissas, baseando-se em fluxos de caixa descontados a uma taxa julgada apropriada. A utilização de diferentes premissas no processo de mensuração pode resultar em uma mensuração distinta dos ativos e passivos.

É testado anualmente o valor recuperável de seus ativos, ou sempre que haja eventos ou circunstâncias que indiquem perda de seu valor recuperável. Este processo envolve a utilização de premissas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos.

As premissas são baseadas em estimativas da Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e, condições econômicas que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Não há indícios de que deva existir uma mudança material nas atuais estimativas ou dos fluxos estimados que possam expor a Companhia a perda de valor recuperável material.

3.6. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.7. Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido e corrente

A Companhia e suas controladas sobre regime do lucro real, reconhecem os impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias. Já as controladas sobre regime do lucro presumido, reconhecem a presunção de 8% para Imposto de Renda e 12% para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. No consolidado, o Imposto de Renda é estimado em conformidade com os regulamentos das jurisdições brasileira e boliviana, onde conduzimos nossos negócios.

Uma parte dos impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais não foram reconhecidos uma vez que a Administração não consegue determinar com segurança que a realização seja provável. Os prejuízos fiscais apurados no Brasil não expiram, entretanto estão limitados a utilização de 30% sobre o lucro tributável. Os impostos diferidos ativos são revisados regularmente e só são reconhecidos quando é provável que haja lucro tributável suficiente para sua compensação, baseando em lucros tributáveis projetados, e são limitados ao valor provável de sua realização.

3.8. Provisão para contingências

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração se utilize de estimativas e premissas referente as suas contingências, que afeta o valor de ativos e passivos e de receitas e despesas no período de reporte corrente.

Em particular, dada as incertezas de natureza fiscais na legislação fiscal brasileira, a determinação de passivos fiscais requer que a Administração se utilize de julgamentos, e o resultado quando da efetiva realização pode divergir das estimativas.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos de natureza trabalhista, cível, fiscal, previdenciário entre outros assuntos. A Administração precisa estimar a probabilidade de qualquer resultado adverso desses processos, assim como estimar as perdas prováveis desses assuntos. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

3.9. Conversão de moeda estrangeira

- Moeda funcional e de apresentação;

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Controladora. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional de cada controlada utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado financeiro do período, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

- Conversão das demonstrações contábeis de controladas localizadas no exterior

As demonstrações contábeis das controladas sediadas no exterior são elaboradas de acordo com a respectiva moeda funcional de cada entidade. Para fins de cálculo da equivalência patrimonial e consolidação das informações que têm moeda funcional diferente da moeda de apresentação (R\$) são convertidos conforme a seguir:

- i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento de cada período;
- ii) As contas de resultado são convertidas pela taxa de câmbio médio;
- iii) Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na linha de outros resultados abrangentes, e são apresentadas nas demonstrações do resultado abrangente e na mutação do patrimônio líquido.

3.10. Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em coligadas, controladas e empreendimento controlado em conjunto ("joint ventures") são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações contábeis, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e dos CPCs. O valor contábil desses investimentos inclui desdobramento dos custos de aquisição em valor patrimonial e ágio.

3.11. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Quando necessário, as demonstrações contábeis de suas controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do grupo foram eliminados.

A participação de não controladores é apresentada nas demonstrações contábeis consolidadas como parte integrante do patrimônio líquido, assim como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado.

Os investimentos em controladas, coligadas e outras que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum devem ser avaliados por equivalência patrimonial.

Adotamos como prática, utilizar a equivalência patrimonial no FIP seguindo orientação do CPC 18: "As demonstrações contábeis do investidor devem ser elaboradas utilizando práticas contábeis uniformes para eventos e transações de mesma natureza em circunstâncias semelhantes."

3.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Quando relevante, os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo:

- i) O montante a ser descontado;
- ii) As datas de realização e liquidação;
- iii) A taxa de desconto.

3.13. Normas e interpretações novas e revisadas

As demais emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2020, não tiveram impactos significativos nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais terão sua adoção para o exercício de 2021 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis referente adoção destas normas:

- Alteração da norma IAS 1 - classificação de passivos como circulante ou não-circulante. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis;
- Melhorias anuais nas normas IFRS 2018-2020 - efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis;
- Alteração da norma IAS 16 - Imobilizado - resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis;
- Alteração da norma IAS 37 - Contrato oneroso - custo de cumprimento de um contrato. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis;
- Alteração da norma IFRS 3 - Referências a estrutura conceitual - esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis;
- Alteração da norma IFRS 17 - Contratos de seguro - esclarece aspectos referentes a contratos de seguro. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos nas suas demonstrações contábeis;

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

- Alteração da norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 - esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária da aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos nas suas demonstrações contábeis.

3.14. Reapresentação dos saldos comparativos

A Companhia identificou reclassificações aplicáveis às informações relativas aos períodos anteriores, devido a equalizações de práticas contábeis aplicáveis e revisão de premissas utilizadas pela sua controlada indireta TMT, conforme mencionado na nota 13.1 (a), os impactos reapresentaram cada uma das linhas afetadas na demonstração contábil de períodos anteriores, da seguinte forma:

	Controladora		
	Publicado 31/12/2020	Ajustes	Reapresentado 31/12/2020
Balanco Patrimonial			
Ativo			
Não circulante			
Investimentos	1.371.298	36.465	1.407.763
Patrimônio Líquido			
Prejuízos acumulados	(250.555)	36.465	(214.090)
Demonstração do resultado			
Resultado de equivalência patrimonial e realização da menos valia	86.624	13.307	99.931
Prejuízo do exercício	(73.111)	13.307	(59.804)
Demonstração do resultado abrangente			
Prejuízo do exercício	(73.111)	13.307	(59.804)
Demonstração das mutações do patrimônio líquido			
Saldo em 31 de dezembro de 2020			
Prejuízos do exercício	(73.111)	13.307	(59.804)
Demonstração do valor adicionado			
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	86.624	13.307	99.931
Remuneração de capitais próprios			
Lucro atribuído aos acionistas controladores	(73.111)	13.307	(59.804)
Demonstração dos fluxos de caixa			
Prejuízo do exercício	(73.111)	13.307	(59.804)
Ajustes por:			
Ganhos/Perdas com resultado de equivalência patrimonial	86.624	13.307	99.931

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

	Consolidado		
	Publicado 31/12/2020	Ajustes	Reapresentado 31/12/2020
Balanco Patrimonial			
Ativo			
Não circulante			
Investimentos	430.459	36.834	467.293
Patrimônio Líquido			
Prejuízos acumulados	(250.555)	36.465	(214.090)
Participação de não controladores	5.874	369	6.243
Demonstração do resultado			
Resultado de equivalência patrimonial e realização da menos valia			
	31.941	13.442	45.383
Prejuízo do exercício	(72.473)	13.442	(59.031)
Demonstração do resultado abrangente			
Prejuízo do exercício	(72.473)	13.442	(59.031)
Demonstração das mutações do patrimônio líquido			
Saldo em 31 de dezembro de 2020			
Prejuízos do exercício	(73.111)	13.307	(59.804)
Participação dos acionistas não controladores	638	135	773
Demonstração do valor adicionado			
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	31.941	13.442	45.383
Remuneração de capitais próprios			
Lucro atribuído aos acionistas controladores	(72.473)	13.442	(59.031)
Lucro atribuído aos acionistas não controladores	(638)	(135)	(773)
Demonstração dos fluxos de caixa			
Prejuízo do exercício	(72.473)	13.442	(59.031)
Ajustes por:			
Ganhos/Perdas com resultado de equivalência patrimonial	(31.941)	(13.442)	45.383
	Controladora		
	Publicado 01/01/2020	Ajustes	Reapresentado 01/01/2020
Balanco Patrimonial			
Ativo			
Não circulante			
Investimentos	754.127	23.158	777.285
Patrimônio Líquido			
Prejuízos acumulados	(177.444)	23.158	(154.286)
Demonstração das mutações do patrimônio líquido			
Saldo em 31 de dezembro de 2019			
Prejuízos acumulados	(177.444)	23.158	(154.286)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

	Consolidado		
	Publicado 01/01/2020	Ajustes	Reapresentado 01/01/2020
Balanco Patrimonial			
Ativo			
Não circulante			
Investimentos	25.987	23.392	49.379
Patrimônio Líquido			
Prejuízos acumulados	(177.444)	23.158	(154.286)
Participação dos acionistas não controladores	11.448	234	11.682
Demonstração das mutações do patrimônio líquido			
Saldo em 31 de dezembro de 2019			
Prejuízos acumulados	(177.444)	23.158	(154.286)
Lucro atribuído aos acionistas não controladores	11.448	234	11.682

4. Combinação de Negócio

Em 15 de junho de 2021, a controlada direta Âmbar Comercializadora de Gás, adquiriu 100% da empresa Âmbar Uruguaiana S.A., pelo montante de R\$ 69.148, sendo: R\$ 41.000 a pagar para a Brasileira que está vinculado a variação de preço de PLD e será atualizado pelo IGPM até o vencimento em dezembro de 2026 e USD 4.500 a pagar para Pons Energy em 25 parcelas. Ao considerarmos a cotação do dólar, no dia do fechamento da compra e venda entre a Pons Energy, o preço pago convertido em reais e englobando todas as parcelas acordadas, é de R\$ 22.893. Além disso, inclui-se no preço de compra o imposto de renda pago pela Companhia no valor de R\$ 5.255.

A escolha da Uruguaiana se deu pela sua posição estratégica no mercado de energia elétrica, com a possibilidade de adicionar 640 MW ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Além disso, a aquisição ocorre em um período de crise hídrica no país, que exige o acionamento de usinas termoelétricas para conter a escassez de energia. O ágio na operação é de R\$ 118.756 e foi todo alocado como mais valia, pois os ativos avaliados, foram identificados como principais ativos passíveis de ajuste a valor justo. O laudo de avaliação tem um ano para ser homologado após a data da compra e é apresentado de forma provisória, requerendo melhor detalhamento na avaliação do valor justo dos ativos tangíveis, conforme prevê o CPC 15R1.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

	Aquisição Uruguaiana
Caixa e equivalentes de caixa	3.326
Contas a receber	23
Tributos e contribuições a compensar	26.221
Outros ativos circulantes	150
Depósitos, cauções e outros	4.339
Outros ativos	61.424
Imobilizado	178
Intangível	4
Ativo	95.665
Fornecedores	2.344
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	419
Outros passivos	64
Provisão para riscos processuais e fiscais	142.446
Passivo	145.273
Ativos e Passivos Líquidos	(49.608)
Preço de aquisição	69.148
Ágio gerado na operação	118.756
Distribuição do ágio conforme ativos identificados a valor justo	
Mais Valia Ativo Imobilizado	40.083
Mais Valia Ativo Indenizatório	78.673

5. Caixa e equivalentes de caixa

Consistem, basicamente, em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB-DI, são aplicações realizadas junto a instituições financeiras de primeira linha, são pós-fixados e rendem em média 99% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. A receita gerada por estas aplicações é registrada como receita financeira.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos	131	2.406	6.673	14.156
Aplicações financeiras - CDB	169.353	26.610	252.151	127.277
	<u>169.484</u>	<u>29.016</u>	<u>258.824</u>	<u>141.433</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

6. Contas a receber

Correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Companhia e da suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são apresentadas pelo custo amortizável, menos a eventual estimativa de perda do seu valor recuperável. As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis.

A composição das contas a receber é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
A vencer				
Faturados	701.575	270.697	731.692	279.206
Não faturados ⁽¹⁾	-	-	786.673	13.147
Vencidos				
Clientes nacionais	-	-	10	10
	<u>701.575</u>	<u>270.697</u>	<u>1.518.375</u>	<u>292.363</u>

A seguir a composição das contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Duplicatas a vencer	701.575	270.697	1.518.365	292.353
Duplicatas vencidas:				
De 1 a 30 dias	-	-		9
Acima de 90 dias	-	-	10	1
	<u>701.575</u>	<u>270.697</u>	<u>1.518.375</u>	<u>292.363</u>

(1) Em novembro de 2021, a Controlada indireta Uruguaiana ingressou com uma ação de rito ordinário com pedido da concessão de tutela de urgência, diante do indevido cancelamento da oferta para geração de energia elétrica, com base no par. 7º do art. 5º da Portaria 17.2021 do Ministério de Minas e Energia (MME), que estabelecia uma entrega mínima mensal superior a 50% do volume contratado. A Uruguaiana fundamenta-se exatamente na ocorrência da força maior que impediu de dar cumprimento pela não disponibilidade de gás natural e obteve liminar favorável ao seu pleito em 30/11/2021, o que lhe permitiu produzir e entregar toda a energia no regime da oferta da Portaria Normativa MME 17.2021 até o final do período contratado (31/12/2021), não existindo, portanto, qualquer restrição ao cumprimento do contrato, confirmando todos os passos para o reconhecimento de receita, conforme o CPC 47, atrelado ao cumprimento da obrigação de performance que era a disponibilização de energia no sistema interligado nacional. Inconformada, a União apresentou pedido de Suspensão de Liminar e Sentença (SLS) perante o Tribunal Regional Federal TRF-1, que foi acolhido tão somente em 31/12/2021, suspendendo a partir dessa data os efeitos da liminar anteriormente concedida em 1ª instância, quando já havia se consumado a geração de energia para o período contratado. Contra referida decisão, foram opostos, pela Ambar Uruguaiana, Embargos de Declaração, que foram parcialmente acolhidos em 03/02/2022, determinando-se a revogação da suspensão (antes deferida) e extinguindo o SLS, por reconhecer como exaurido seu objeto.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

Contra mencionada decisão, foram apresentados, agora pela União, novos Embargos de Declaração e uma Manifestação com pedido ad cautelam, que foi acolhido em 08/03/2022 para determinar a imediata suspensão do pagamento pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em favor da Ambar Uruguaiana no montante de R\$ 739.689 referente à energia gerada em dezembro/2021, até julgamento dos Embargos da União. O montante de R\$ 27.326 está em análise pelo departamento regulatório para o entendimento do não registro pela CCEE. A Ambar Uruguaiana já apresentou resposta aos Embargos da União e requereu a reconsideração da decisão de suspensão do pagamento, ofertando a apresentação de seguro garantia, caso o juiz considerar a decisão. Esse pedido ainda pende de apreciação por parte do Presidente do TRF-1. Em paralelo, também pendem de julgamento, perante o TRF-1, os Agravos de Instrumento interpostos pela União e pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) contra a decisão liminar inicialmente deferida pelo juiz de 1º grau. O assessor legal da Companhia avalia que essa circunstância não elimina a segurança no acolhimento da pretensão veiculada na referida Ação. Adicionalmente a Ambar Uruguaiana tomou conhecimento do comunicado nº 180/22 da CCEE que informa a suspensão temporária da liquidação do contas a receber, suportada por decisão judicial retro mencionada e que adotará as providências operacionais necessárias para reversão dos valores na próxima liquidação. Tal comunicado não afeta a segurança do recebimento futuro uma vez que não tem relação com o mérito da causa. Baseada nessas circunstâncias existentes a Ambar Uruguaiana reforça seu entendimento desde o início dessa transação, que não espera perdas existentes, está convicta de seu direito legal e econômico, aguardando decisão de liberação judicial para que os valores sejam recebidos.

7. Almoxarifado

Composto principalmente por peças de reposição utilizadas para manutenção das turbinas da Usina.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Almoxarifado	30.815	18.204	45.757	18.204
	<u>30.815</u>	<u>18.204</u>	<u>45.757</u>	<u>18.204</u>

8. Tributos e contribuições a compensar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
ICMS e equivalentes (a)	31.290	11.363	31.289	11.363
PIS e COFINS (b)	58.259	22.954	110.827	23.163
CSLL a recuperar	-	-	797	39
IRRF/IRPJ a recuperar (c)	1.262	487	24.276	2.260
Outros	-	-	24	-
	<u>90.811</u>	<u>34.804</u>	<u>167.213</u>	<u>36.825</u>

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Circulante	83.496	27.489	158.071	27.684
Não circulante	7.315	7.315	9.142	9.141
	<u>90.811</u>	<u>34.804</u>	<u>167.213</u>	<u>36.825</u>

(a) O montante de R\$ 31.289 refere-se ao Imposto sobre Circularização de Mercadoria e Prestações de Serviços - ICMS, incidente na compra e transporte do gás;

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

- (b) O montante de R\$ 110.827, refere-se a R\$ 110.014 de crédito não cumulativo de PIS e COFINS, incidente sobre as aquisições de bens e serviços utilizados como insumos, energia elétrica, gás natural, aluguéis e outros permitidos pela legislação, utilizados na geração de produto vendido e R\$ 813 relativo a retenções do cliente Furnas, as quais foram solicitadas restituições da RFB, apurados na Âmbar e GOM. A maior variação no período corresponde aos impostos oriundos da operação da Âmbar Uruguaiana adquirida pela Âmbar comercializadora de gás (controlada), que operou no último trimestre de 2021.
- (c) O montante R\$ 24.276 refere-se a Saldo Negativo de IRPJ a recuperar, sendo R\$ 1.262 saldo da Controladora, R\$ 1.773 da controlada FIP adquirida com a liquidação das Companhias do Complexo Punaú em outubro de 2020 e R\$ 21.241 referente a Âmbar Uruguaiana que possui créditos fiscais de anos anteriores, a utilização do saldo será através de PEDCOMP, em dependência apenas do diferimento do pedido de restituição protocolado junto à Receita Federal do Brasil.

9. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do período relativas a operações entre partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas controladas em condições e preços de mercado estabelecidos entre as partes.

Nas operações de conta corrente incidem cobrança de custos administrativos, de captação e variação cambial, quando aplicável. Detalhamento dos créditos e débitos com partes relacionadas:

		Controladora			
		Ativo		Passivo	
		2021	2020	2021	2020
	Vecto				
J&F (a)	jun./2022	367.835	167.291	-	-
FDIC NP Ceres (b)	dez/2044	-	-	(478.313)	(483.314)
GOM (c)	dez/2022	46.397	89.663	-	-
GOB (d)	dez/2036	-	-	(14.160)	-
Âmbar Com. Gás (e)	dez/2022	-	1	(5.358)	-
Âmbar Comerc. (f)	jun/2022	2	-	(86.613)	(36.853)
Futura Venture		6	-	-	-
		<u>414.240</u>	<u>256.955</u>	<u>(584.444)</u>	<u>(520.167)</u>
		Consolidado			
		Ativo		Passivo	
		2021	2020	2021	2020
J&F (a)	jun/2022	367.835	167.292	-	-
FDIC NP Ceres (b)	dez/2044	-	-	(478.313)	(483.314)
Futura Venture		6	-	-	-
		<u>367.841</u>	<u>167.292</u>	<u>(478.313)</u>	<u>(483.314)</u>

- (a) Em 15 de junho 2016 foi celebrado um contrato de conta corrente entre Âmbar e J&F Investimentos S.A no valor de R\$ 140.000 por um período de 24 meses sem geração de juros, sendo prorrogado automaticamente, por prazos iguais e sucessivos, caso nenhuma das partes comunique a outra sobre o término do contrato. Em 11 de maio de 2017, foi firmado o primeiro termo aditivo de conta corrente entre J&F Investimentos S.A. e esta Companhia, onde as partes decidem majorar o termo para R\$ 500.000. Em 28 de março de 2018 mediante a 53ª ACS - Alteração e Consolidação do Contrato Social, os sócios da Âmbar deliberaram a redução do capital da Âmbar em R\$ 197.467 por julgá-lo excessivo em relação ao objeto social. Essa redução ocorreu com absorção do saldo presente em contrato de conta corrente existente entre as partes;

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

- (b) Em 28 de maio 2015, com a transação do Grupo AEI e J&F Investimentos S.A, o principal dos empréstimos com as controladoras foi capitalizado e os juros cedidos ao FDIC NP Ceres. Esses empréstimos foram tratados com as partes relacionadas AEI Luxembourg Holdings S.à.r.l. e EPE Holdings Ltda. que representavam obrigações denominadas em dólares norte-americanos, registradas no Banco Central do Brasil - BACEN. Com base no contrato de concessão assinado no exercício de 2017, o fluxo de pagamentos realizado em 2020 no montante de R\$ 5.000 em 02 de setembro de 2020, e em 2021 R\$ 5.000 efetuados em 11 de março de 2021. Em 28 de dezembro de 2020, GOM e Âmba firmam um instrumento particular de cessão de créditos com confissão de dívida e compensação, onde a GOM cede e transfere a Âmba a dívida contra o FIDC no valor de R\$ 210.143;
- (c) O empréstimo que a GOM concedeu a Âmba durante o exercício de 2011, atualizado pela variação do CDI, acrescido de juros de 0,5% ao ano até 30/09/2015 foi quitado em 02 de setembro de 2020. Em 2020, o contrato de conta corrente de maio de 2017 foi extinto e quitado através do instrumento particular de cessão de créditos com confissão de dívida e compensação de 28 de dezembro de 2020 onde GOM e Âmba decidem encerrar o conta corrente que é convertido em mútuo e compensado com o crédito cedido da GOM a Âmba conforme descrito no item (b), no decorrer do exercício de 2021 a companhia recebeu o montante de R\$ 43.266, restando o saldo a favor da Âmba de R\$ 46.397;
- (d) Em 01 de fevereiro de 2021 celebrou-se o contrato de mútuo entre Âmba e GOB, estipulando um saldo máximo de USD 20.000, aporte realizado no exercício de USD 2.537 e quitação em um prazo de 15 anos sem incidência de juros, apenas variação cambial. Até presente momento não há previsão de início de pagamento.
- (e) Em 30 de janeiro de 2019 foi celebrado o contrato de conta corrente entre Âmba Comercializadora de Gás e esta Companhia, no qual uma das partes possui o direito de solicitar recursos a outra parte, limitado a R\$ 5.000 por um período de 24 meses sem geração de juros, sendo prorrogado automaticamente, por prazos iguais e sucessivos, em junho de 2021, foi assinado um aditivo alterando o limite de R\$ 5.000 para R\$ 500.000.
- (f) Em 15 de junho de 2018 foi celebrado o contrato de conta corrente entre Âmba Comercializadora e esta Companhia, no qual uma das partes possui o direito de solicitar recursos a outra parte, limitado a R\$ 10.000 por um período de 24 meses sem geração de juros, sendo prorrogado automaticamente, por prazos iguais e sucessivos, caso nenhuma das partes comunique a outra sobre o término do contrato. Em dezembro de 2020 foi realizado alteração do saldo limite de recursos entre as partes de R\$ 10.000 para R\$ 100.000.

10. Outros ativos circulantes e não circulantes

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Carta Fiança	141	331	141	331
Adiantamento de pessoal	4	12	11	18
Seguros e aluguéis (a)	197	179	2.643	566
Outros adiantamentos (b)	73.136	1.276	73.703	1.304
Outros créditos a receber	7.623	2.464	651	2.508
	<u>81.101</u>	<u>4.262</u>	<u>77.149</u>	<u>4.727</u>
Ativo circulante	80.573	4.262	75.523	4.727
Ativo não circulante	528	-	1.626	-
	<u>81.101</u>	<u>4.262</u>	<u>77.149</u>	<u>4.727</u>

- (a) O montante de R\$ 2.643, se refere em maioria aos seguros de Âmba Uruguiana, principalmente o Seguro Garantia Judicial que abrange os valores em juízo da companhia ao Sistema Judiciário do Distrito Federal
- (b) A empresa possui registro em 31 de dezembro de 2021 na rubrica "outros adiantamentos" no consolidado, o montante de R\$ 73.703 composto principalmente por:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

- R\$ 66.346 Adiantamento líquido para compra de gás a Petrobras, composto por R\$ 638.683 referentes a adiantamento e R\$ 129.143 e R\$ 443.195 referentes a provisão de gás natural realizada conforme competência Nov'21 e Dez'21 respectivamente;
- R\$ 7.357 refere-se a adiantamento a diversos fornecedores nacionais e internacionais;

11. Ativo Indenizatório

Na aquisição da controlada indireta Âmbur Uruguaiana, foi realizado um laudo e conforme relatado no contrato de compra e venda, no artigo 2.8.3, a Companhia dispõe de obrigações de pagamento de contingências, incluindo custos e despesas associadas. Além disso, estão inclusos 50% dos valores necessários para cobrir o pagamento da indenização de funcionários demitidos dentro dos seis primeiros meses a partir da data de fechamento, e a cobertura dos valores em aberto relativos à Pesquisa e desenvolvimento (P&D) devidos à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Sendo assim, o ativo indenizatório foi calculado a partir da diferença entre as provisões para contingência não circulantes, que engloba valores financeiros ainda não pagos, mas que derivam de fatos já ocorridos, e das cauções de depósitos vinculados, que é garantia do cumprimento de obrigações.

12. Fundos vinculados

Na controlada indireta Âmbur Uruguaiana, foi aberta uma conta caução referente a garantia para quitação dos itens que possuem cobertura de ressarcimento pela antiga "proprietária" Brasileira Participações S.A tendo como fiduciária o Banco Itaú, o saldo atualizado até dezembro de 2021 é de R\$ 60.908.

13. Investimentos

Informações relevantes sobre investimentos no período de 31 de dezembro de 2021.

	Total de ativos	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
Âmbur Comercializadora de Energia Ltda.	297.699	99,99	11.622	55.460	46.722
Âmbur Comercializadora de Gás Ltda.	1.296.909	100	1.000	341.752	340.753
Solar Alphaville SPE Ltda. (SOLARES)	-	99,72	3	-	(3)
Solar Cajamar SPE Ltda. (SOLARES)	-	99,72	3	-	(3)
Solar Matriz SPE Ltda. (SOLARES)	-	99,72	3	-	(3)
Solar Santana do Parnaíba SPE Ltda. (SOLARES)	9.091	99,99	8.495	8.530	34
Gasocidente do Mato Grosso do Sul Ltda. (GOM)	182.540	99,26	61.559	103.400	19.295
Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Milão (FIP)	543.778	99	363.108	543.722	(5.415)
Fundo de Investimento em Direitos Não Padronizados Ceres (FIDC)	520.066	2,66	5.011	520.009	14.445
Gasorient Boliviano Ltda. (GOB)	96.670	100	218.696	(151.160)	18.745

ÂMBAR ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

Na controladora

	Saldo em 31/12/2020 (Reapresentado)	Realiz. menos valia	Transf. Ativos disp. p/ venda	Adição (Baixa)	Variação Cambial	Dividendos	Ganho/ Perda de Investimento	Equivalência Patrimonial		Saldo em 31/12/2021
								No PL	No resultado	
Investimentos (controladas e coligadas)										
Âmbar C.	(1.262)	-	-	9.999	-	-	-	-	46.718	55.455
Âmbar Comerc. Gás		-	-	999	-	-	-	-	340.753	341.752
SOLARES	4	-	-	8.500	-	-	-	-	25	8.529
FIP	550.385	-	(8.673)	(6.740)	-	-	-	-	(5.361)	529.611
FIDC	13.562	-	-	8	-	(131)	-	-	384	13.823
GOB	(116.497)	-	-	-	(11.445)	-	-	-	16.429	(111.513)
GOM	76.799	-	-	15.762	-	-	58	-	18.785	111.404
	522.991	-	(8.673)	28.528	(11.445)	(131)	58	-	417.733	949.060
Menos valia										
GOB	(41.962)	2.316	-	-	-	-	-	-	-	(39.646)
GOM	(9.139)	367	-	-	-	-	-	-	-	(8.772)
	(51.101)	2.683	-	-	-	-	-	-	-	(48.418)
Ágio em controladas										
GOB	367.234	-	-	-	27.350	-	-	-	-	394.584
Âmbar E.	244.897	-	-	-	-	-	-	-	-	244.897
GOM	154.882	-	-	-	-	-	-	-	-	154.882
	767.013	-	-	-	27.350	-	-	-	-	794.363
Total	1.238.903	2.683	(8.673)	28.528	15.905	(131)	58	-	417.733	1.695.005
Investimentos Provisão para perda com investimentos	168.860									151.160
	1.407.763									1.846.166

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

No consolidado

	Saldo em 31/12/2020 (Reapresentado)	Adição (Baixa)	Dividendos	Transf. Ativos disp. p/ venda	Equivalência Patrimonial Resultado	Saldo em 31/12/2021
FIP	453.733	69	-	(8.673)	39.938	485.066
FIDC	13.560	9	(131)	-	384	13.823
	<u>467.293</u>	<u>78</u>	<u>(131)</u>	<u>(8.673)</u>	<u>40.322</u>	<u>498.889</u>

13.1 Suas investidas compreendem

a) Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Milão (FIP Milão)

O Fundo de investimento em Participações Multiestratégia Milão (FIP Milão), possui investimento nas seguintes Companhias:

Investidas	Participação
Triângulo Mineiro Transmissora S.A. (TMT) (a)	51,00%
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (VSB) (b)	51,00%
Bom Jesus Eólica S.A. (c)	50,99%
Cachoeira Eólica S.A. (c)	50,99%
Pitumbu Eólica S.A. (c)	50,99%
São Caetano Eólica S.A. (c)	50,99%
São Caetano I Eólica S.A. (c)	50,99%
São Galvão Eólica S.A. (c)	50,99%

a) TMT - Triângulo Mineiro Transmissora S.A.:

A Triângulo Mineiro Transmissora S.A. ("TMT" ou "Companhia"), é uma companhia privada de capital fechado, foi constituída em 26 de novembro de 2012 e está estabelecida na Rua Voluntários da Pátria, nº 113, Botafogo, Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE que tem por objeto social a implantação e exploração de concessão de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Desde junho de 2017 a TMT vinha provisionando contingência para riscos fiscais relacionada à diferença de base de presunção do lucro presumido de 8% e 12% para 32%. A Companhia possui liminar expedida pela 22ª VARA FEDERAL de Brasília, em 24 de março de 2017, que afasta a aplicação do percentual de 32% para fins de IRPJ e CSLL, por considerar que a totalidade das receitas auferidas (RAP) pela TMT, com base nos contratos de concessão, decorre exclusivamente da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, sujeita à aplicação dos percentuais de 8% e 12% para fins de IRPJ e CSLL, respectivamente. A provisão foi atualizada mensalmente pela taxa SELIC até novembro de 2020. Após revisão dos memorandos emitidos pelos assessores jurídicos e com respaldo em decisões semelhantes proferidas no STJ, a administração da TMT entendeu que a chance de perda é quase inexistente. Desta forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os valores provisionados a título de contingência tributária foram estornados.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

Para o exercício de 2021, a receita anual permitida (RAP) da concessionária que é definida pelo poder concedente e foi determinada em aproximadamente R\$ 29 milhões valor histórico. A RAP será corrigida anualmente por IPCA. O valor da RAP reajustada para o ciclo de 2021/2022 é de R\$ 45 milhões.

A TMT identificou reclassificações e equalizações de práticas contábeis aplicáveis às informações relativas aos períodos anteriores, bem como revisou as premissas utilizadas para o cálculo de seu ativo de contrato de concessão conforme orientação da CVM através do Ofício Circular nº. 04/2020 de 01 de dezembro de 2020, que forneceu orientações quanto a aspectos relevantes do CPC 47 e do CPC 48 para as companhias transmissoras de energia elétrica principalmente relacionados a: (i) determinação e atribuição de margem de implementação da infraestrutura ao longo do período das obras; (ii) aplicação da taxa implícita de desconto sobre os ativos de contrato de concessão; (iii) orientação quanto a classificação dos ativos da Lei 12.783 - SE como ativo de contrato; (iv) segregação em rubrica específica na Demonstração do Resultado da receita de remuneração dos ativos de concessão; e (v) reconhecimento dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP) em função das alterações na base regulatória (BRR) ou na taxa de remuneração do capital (WACC regulatória) em rubrica abaixo da margem operacional.

A Companhia adequou suas práticas contábeis em relação ao seu ativo de contrato, revisando suas estimativas e julgamentos sobre a margem e taxa de remuneração do projeto (taxa implícita).

b) VSB - Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.:

A Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. ("VSB" ou "Companhia"), companhia privada de capital fechado, foi constituída em 1º de agosto de 2013 e está estabelecida na Rua Voluntários da Pátria, nº 113, Botafogo, Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE e tem por objeto social implantação e exploração de empreendimento composto de instalações de transmissão de energia elétrica no Estado de Goiás e no Distrito Federal, relativas ao Lote B do Leilão de Transmissão ANEEL 02/2013. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Desde junho de 2017 a VSB vinha provisionando contingência para riscos fiscais relacionada à diferença de base de presunção do lucro presumido de 8% e 12% para 32%. A Companhia possui liminar expedida pela 22ª VARA FEDERAL de Brasília, em 24 de março de 2017, que afasta a aplicação do percentual de 32% para fins de IRPJ e CSLL, por considerar que a totalidade das receitas auferidas (RAP) pela VSB, com base nos contratos de concessão, decorre exclusivamente da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, sujeita à aplicação dos percentuais de 8% e 12% para fins de IRPJ e CSLL, respectivamente. A provisão foi atualizada mensalmente pela taxa SELIC até novembro de 2020. Após revisão dos memorandos emitidos pelos assessores jurídicos e com respaldo em decisões semelhantes proferidas no STJ, a administração da VSB entendeu que a chance de perda é quase inexistente. Desta forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os valores provisionados a título de contingência tributária foram estornados.

Para o exercício de 2021, a receita anual permitida (RAP) da concessionária que é definida pelo poder concedente e foi determinada em aproximadamente R\$ 27 milhões valor histórico. A RAP será corrigida anualmente por IPCA. O valor da RAP reajustada para o ciclo de 2021/2022 é de R\$ 42 milhões.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

c) Eólicas (Em liquidação)

As Companhias eólicas: Bom Jesus Eólica S.A, Cachoeira Eólica S.A, Pitimbu Eólica S.A, São Caetano Eólica S.A, São Caetano I Eólica S.A, São Galvão Eólica S.A. As SPEs têm por objeto social a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, seu sistema de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares.

Estas companhias eólicas foram originadas do Leilão Público nº 5/2013 (“Leilão”), realizado em 23 de agosto de 2013, cujo objeto deste leilão foi a contratação de Energia de Reserva proveniente de empreendimentos de geração, a partir da fonte eólica, destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). De acordo com o referido Leilão, as Companhias eólicas possuíam a obrigação de iniciarem as suas operações comerciais até setembro de 2015, porém com a decretação de falência da Wind Power Energia S.A. (WPE), principal fornecedor dos empreendimentos de aerogeradores, e a consequente rescisão dos contratos de fornecimentos, não cumpriu os prazos determinados, e foram descontratadas do referido leilão.

Mesmo após a descontração, a Administração continua a atuar na gestão dos ativos e recursos já investidos nos empreendimentos, bem como na avaliação das opções mais viáveis para uma resolução do atual quadro no qual as Companhias se encontram.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de dezembro de 2019, os acionistas das Companhias aprovaram a dissolução e início do processo de liquidação das Companhias, nos termos do artigo 206, I, c da Lei nº 6.404/76, bem como a destituição dos diretores das Companhias e a nomeação de dois liquidantes.

Ao longo de 2020, foi realizado um diagnóstico completo para avaliar a viabilidade do negócio, contemplando o custo e o investimento necessário para a continuidade do projeto eólico. Em outubro de 2020 as eólicas do complexo Punaú (Carnaúba I Eólica S.A., Carnaúba II Eólica S.A., Carnaúba III Eólica S.A., Carnaúba V Eólica S.A., Cervantes I Eólica S.A., Cervantes II Eólica S.A. e Punaú I Eólica S.A.) foram liquidadas, na qual todos os ativos remanescentes e avaliados foram vendidos para São Galvão Eólica S.A., mediante a celebração de contrato de compra e venda de ativos celebrado em 29 de outubro de 2020, os demais saldos foram repassados para os sócios. O projeto eólico foi disponibilizado para venda em 2021 e a Companhia está em processo de negociação com os potenciais compradores.

14. Ativos mantidos para venda

O projeto eólico foi disponibilizado para venda em 2021 e a Companhia está em processo de negociação com os potenciais compradores

As classes de ativos e passivos classificados como “ativos/passivos mantidos para venda que possuem saldo no balanço em 31 de dezembro de 2021 são:

Ativo	Controladora	Consolidado ⁽¹⁾
Ativo não circulante		
Investimentos em controladas	8.673	8.673
	<u>8.673</u>	<u>8.673</u>
Total do ativo	<u>8.673</u>	<u>8.673</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

O resultado das operações descontinuadas em 31 de dezembro de 2021 são:

	Controladora	Consolidado ⁽¹⁾
Resultado de equivalência patrimonial	<u>496</u>	<u>496</u>
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	<u><u>496</u></u>	<u><u>496</u></u>

⁽¹⁾ O montante apresentado refere-se à participação do FIP nas Companhias Eólica Bom Jesus, Cachoeira, Pitimbu, São Caetano, São Caetano I e São Galvão, que foram destinadas a venda.

15. Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo de histórico de aquisição, formação ou construção, acrescido de juros e demais encargos financeiros durante a sua construção, deduzido de depreciação acumulada. Os bens do ativo imobilizado são avaliados, para fins de sua redução, quando há evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Os gastos são capitalizados apenas quando há aumento na vida útil-econômica do imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado.

A depreciação é calculada pelo método linear com base a vida útil de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após a vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados pelo menos ao final do exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

ÂMBAR ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

A composição do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 na controladora é como segue:

Imobilizado	Taxa	Custo	Mais (Menos) Valia	Depreciação mais/(menos) valia	DAC (*)	Líquido	
						31/12/21	31/12/20
Terra nua e terrenos	-	2.299	46.720	-	-	49.019	49.019
Máquinas e equipamentos	10%	336.527	39.669	(19.170)	(292.341)	64.684	78.743
Instalações	4%	215.212	(1.927)	(684)	(178.825)	33.776	39.698
Equipamentos de informática	20%	2.785	-	-	(2.308)	477	217
Veículos e aeronaves	20%	382	-	-	(344)	38	52
Obras em andamento	-	139	-	-	-	139	343
Outros	10%	20.936	-	-	(1.842)	19.094	18.922
		<u>578.280</u>	<u>84.462</u>	<u>(19.854)</u>	<u>(475.660)</u>	<u>167.227</u>	<u>186.994</u>

(*) Depreciação acumulada.

Movimentação do ativo imobilizado da controladora

Imobilizado	31/12/20	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/21
Terra nua e terrenos	49.019	-	-	-	49.019
Máquinas e equipamentos	78.743	63	-	(14.122)	64.684
Instalações	39.699	-	-	(5.922)	33.776
Equipamentos de informática	216	405	-	(73)	476
Veículos e aeronaves	52	-	-	(14)	38
Obras em andamento	343	290	(493)	-	140
Outros	18.922	141	(14)	(26)	19.094
	<u>186.994</u>	<u>899</u>	<u>(507)</u>	<u>(20.157)</u>	<u>167.227</u>

ÂMBAR ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

No consolidado

Imobilizado	Custo	Mais (Menos) valia	Depreciação		Impairment	Líquido	
			Mais (Menos) Valia	DAC (*)		31/12/21	31/12/20
Terra nua e terrenos	5.607	47.326	-	-	(1.922)	51.011	50.108
Máquinas e equipamentos	999.435	64.171	(19.170)	(772.023)	-	272.411	81.141
Instalações	1.448.221	(99.193)	24.447	(937.378)	(335.358)	100.739	89.072
Equipamentos de informática	12.256	(36)	-	(11.441)	-	779	335
Veículos e aeronaves	2.841	29	-	(2.703)	-	166	239
Obras em andamento	6.048	-	-	-	-	6.048	1.017
Outros	24.735	1.111	-	(5.471)	(4)	20.372	18.947
	<u>2.499.143</u>	<u>13.408</u>	<u>5.277</u>	<u>(1.729.016)</u>	<u>(337.284)</u>	<u>451.526</u>	<u>240.859</u>

(*) Depreciação acumulada.

Movimentação do ativo imobilizado consolidado:

Imobilizado	31/12/20	Aquisição Controlada	Adições	Baixas	Transf.	Reversão Impairment	Depreciação	Mais Valia	Variação Cambial	31/12/21
Terra nua e terrenos	50.108	-	-	-	-	528	(243)	606	12	51.011
Máquinas e equipamentos	81.141	121	2.167	(23.929)	965	210.219	(22.924)	24.502	149	272.411
Instalações	89.072	-	-	-	-	31.834	(36.537)	13.871	2.499	100.739
Equipamentos informática	335	51	594	(89)	-	(19)	(143)	(36)	86	779
Veículos e aeronaves	239	-	18	(13)	-	4	(125)	29	14	166
Obras em andamento	1.017	-	6.968	(1.019)	(965)	-	-	-	47	6.048
Outros	18.947	6	267	(14)	-	113	(58)	1.111	-	20.372
	<u>240.859</u>	<u>178</u>	<u>10.014</u>	<u>(25.064)</u>	<u>-</u>	<u>242.679</u>	<u>(60.030)</u>	<u>40.083</u>	<u>2.807</u>	<u>451.526</u>

16. Intangível

São avaliados ao custo de aquisição e subsequentemente deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável, bem como pela expectativa de rentabilidade futura de investimentos em controladas. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica, sendo compostos por softwares e ágio de investimentos em controladas.

A seguir a composição do intangível:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Softwares	30	47	69	74
Ágio de investimentos em controladas (*)		-	794.363	767.013
	<u>30</u>	<u>47</u>	<u>794.432</u>	<u>767.087</u>

(*) Conforme pronunciamentos contábeis, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), nas demonstrações contábeis consolidadas são reclassificados para o grupo dos ativos intangíveis.

Premissas para teste do ágio para verificação de perda do valor recuperável:

A Companhia testou a recuperabilidade do ágio de cada um de seus grupos de UGC (Unidades Geradoras de Caixa), do projeto integrado Cuiabá que é composto pelas empresas Âmbar Energia, a GOM e a GOB, onde a GOM e a GOB transportam o gás para a Âmbar, que mantinham ágio, utilizando o conceito de valor em uso por meio de modelos de fluxos de caixa com data base em 31 de dezembro de 2016. A determinação do valor em uso envolve o uso de premissas sobre fluxos de caixa, tais como operação com o gás extraordinário da Bolívia, despacho, custos e despesas, e taxas de desconto. A Administração projeta fluxos de caixa por um período de 10 anos. O valor terminal foi atribuído com base na média dos últimos três anos do fluxo de caixa para o restante de vida útil da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 14% baseada na taxa Risco Brasil de 13% + 1% de margem, tendo em vista que a Companhia não possuía financiamentos no período. O teste foi efetuado para o grupo de UGCs para os quais foram alocados e provisionados o montante total de R\$ 30.118, R\$ 26.669 da Âmbar e R\$ 3.448 da GOM.

Em 31 de Dezembro de 2021, a Companhia considerou novas premissas baseado no Ativo Imobilizado para cada Companhia conforme abaixo:

- Âmbar: R\$ 412.000;
- GOM: R\$ 167.000;
- GOB: R\$ 232.000;
- Total: R\$ 1.012.000.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

O fluxo de caixa deste cenário com perpetuidade (com taxa de crescimento de 11%) foi de R\$ 3.447.000, o que é superior ao Ativo Imobilizado.

- Valor justo: na etapa dois do teste de impairment, a Companhia estimou o valor justo do projeto integrado de acordo com o CPC 01, considerando o caso acima. As técnicas de valor presente foram aplicadas a esse fluxo de caixa. Considerando este cenário, foi determinado um valor justo estimado de R\$ 1.434.000 (incluindo caixa inicial R\$176.000).

Na determinação do valor presente do fluxo de caixa, a Companhia utilizou uma taxa de desconto de 13,88% (LTN2025: 10,62% + risco 3,26%)

Considerando que o teste resultou em um valor justo de R\$ 1.434.000, o que representou um excesso sobre o valor contábil. A Companhia não registrou ajuste em seus registros contábeis.

Movimentação do ágio

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	683.922	683.922
Varição Cambial	83.091	83.091
Saldos em 31 de dezembro de 2020	767.013	767.013
Varição Cambial	27.350	27.350
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>794.363</u>	<u>794.363</u>

Distribuição por empresa, considerando uma única Unidade Geradora de Caixa - UGC

	Consolidado	
	2021	2020
Ágio Gasorienta Boliviano (GOB)	394.584	367.234
Ágio Âmba Energia Ltda	244.897	244.897
Ágio Gasocidente de Mato Grosso (GOM)	154.882	154.882
	<u>794.363</u>	<u>767.013</u>

Movimentação do intangível no consolidado:

	31.12.20	Adições/ (baixas)	Variação cambial	Amortização	31.12.21
Softwares	74	22	-	(27)	69
Ágio	767.013	-	27.350	-	794.363
	<u>767.087</u>	<u>22</u>	<u>27.350</u>	<u>(27)</u>	<u>794.432</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos

Demonstramos abaixo a composição dos empréstimos consolidado:

Modalidade	Taxa Anual Indexador	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2021	2020	2021	2020
Em moeda Nacional						
Notas Promissórias	6,54% + CDI 3,50% + CDI	540 / 90 dias	609.249	168.318	1.169.021	168.318
Custo transação (a)			(2.580)	(1.952)	(5.339)	(1.952)
Debêntures	0,50% + CDI	243 dias	300.883	-	300.883	-
Custo transação (a)			(5.396)	-	(5.396)	-
CCB	3,50% + CDI	126/ 731 dias	100.308	80.447	100.308	80.447
Custo transação (a)		-	(2.844)	(591)	(2.843)	(591)
			<u>999.620</u>	<u>246.222</u>	<u>1.556.634</u>	<u>246.222</u>

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Circulante	952.077	246.222	1.509.091	246.222
Não circulante	47.543	-	47.543	-
	<u>999.620</u>	<u>246.222</u>	<u>1.556.634</u>	<u>246.222</u>

(a) A captação dos empréstimos incorreu em custos que foram reconhecidos como redutores e serão apropriados de acordo com a amortização dos respectivos contratos, conforme CPC 08 (R1).

Em 17 de setembro de 2021, a Companhia emitiu cédula de crédito bancário ("CCB"), em quatro séries, no valor total de R\$ 150.000, sendo R\$ 50.000 da primeira série, R\$ 30.000 da segunda série, R\$ 40.000 da terceira série e R\$ 30.000 da quarta série, sendo a primeira desembolsada na data da emissão. A quitação será realizada em parcela única em setembro de 2023.

Em 29 de Outubro de 2021, a controlada indireta Âmba Uruguaiana realizou a captação de USD 92.138 via Contrato de Financiamento à Importação (Finimp). O contrato foi quitado em 05 de novembro de 2021.

Em 05 de novembro de 2021, a controlada indireta Âmba Uruguaiana, emitiu Notas Promissórias, em quatro séries, no valor total de R\$ 2.400.000 com possibilidade de captação de até 600.000, através de NPs no valor de R\$ 50.000 cada, sendo a primeira série desembolsada na mesma data da emissão no valor de R\$ 550.000 através de onze notas promissórias. Três NPs totalizando R\$ 150.000 foram quitadas em março de 2022 e as demais oito NPs totalizando R\$ 450.000 foram postergadas conforme mencionada na nota 34.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

Em 10 de novembro de 2021, a Companhia emitiu Notas Promissórias, em quatro séries, no valor total de R\$ 2.400.000, com possibilidade de captação de até 600.000 cada sendo a primeira série desembolsada na data de emissão no valor de R\$ 500.000 através de NPs no valor de R\$ 50.000 cada. A segunda série desembolsada em 09 de dezembro 2021 no valor total de R\$ 100.000. A primeira e segunda séries foram quitadas em fevereiro e março de 2022 respectivamente.

Em 13 de dezembro de 2021, a Companhia emitiu cédula de crédito bancário ("CCB"), no valor total de R\$ 50.000. A quitação do contrato foi parcelada em 3 vezes sendo a 1ª e 2ª parcelas foram quitadas em fevereiro e março respectivamente e a última será liquidada em abril de 2022.

Em 15 de dezembro de 2021, a Companhia emitiu Debêntures, com garantia real, em três séries, no valor total de R\$ 700.000, sendo R\$ 300.000 da primeira série desembolsada na mesma data, R\$ 200.000 da segunda série (sobre o regime de garantia firme de colocação) e R\$ 200.000 da terceira série (sobre o regime de melhores esforços de colocação) para distribuição pública. O exercício da garantia firme da primeira série foi efetivado no dia 21 de dezembro de 2021. O coordenador líder é a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. A quitação da debênture será realizada em parcela única em agosto de 2022.

As linhas de créditos foram contratadas para o financiamento da compra do gás da operação e capital de giro da Companhia.

As principais garantias dos empréstimos incluem:

- Aval da J&F;
- Alienação Fiduciária de ações da JBS pela J&F;
- Cessão fiduciária de recebíveis da Âmbar Energia, Âmbar Uruguaiana e Solar Santana de Parnaíba.

ÂMBAR ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

A composição dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 controladora:

	<u>31/12/2020</u>	<u>Captação</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Juros pagos</u>	<u>Custo captação</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2021</u>
CCB	79.856	100.000	3.010	(2.906)	(2.495)	(80.000)	97.465
Nota Promissória	166.366	856.073	12.202	(11.515)	(385)	(416.073)	606.668
Debênture	-	300.000	883	-	(5.396)	-	295.487
	<u>246.222</u>	<u>1.256.073</u>	<u>16.095</u>	<u>(14.421)</u>	<u>(8.276)</u>	<u>(496.073)</u>	<u>999.620</u>

A composição dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 consolidada:

	<u>31/12/2020</u>	<u>Captação</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Juros pagos</u>	<u>Custo captação</u>	<u>Amortização</u>	<u>Varição Cambial</u>	<u>31/12/2021</u>
CCB	79.856	100.000	3.009	(2.905)	(2.495)	(80.000)	-	97.465
Nota Promissória	166.366	1.406.073	21.974	(11.515)	(3.143)	(416.073)	-	1.163.682
Debênture	-	300.000	883	-	(5.396)	-	-	295.487
FINIMP USD	-	519.935	430	(423)	-	(511.274)	(8.668)	-
	<u>246.222</u>	<u>2.326.008</u>	<u>26.296</u>	<u>(14.843)</u>	<u>(11.034)</u>	<u>(1.007.347)</u>	<u>(8.668)</u>	<u>1.556.634</u>

Circulante	1.509.091
Não circulante	47.543

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

A tabela a seguir apresenta a maturidade da dívida de longo prazo:

Ano	2021
	2023
	<u>47.543</u>

18. Fornecedores circulante e não circulante

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal dos negócios. O prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos são classificados no passivo circulante. Quando aplicável são acrescidos encargos.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Provisão operacional (a)	4.934	3.039	15.001	3.039
Partes relacionadas (b)	8.841	11.204		-
Contratos de energia (c)	-	-	20.208	11.165
Fornecedor de gás (d)	40.258	227.914	91.463	227.914
Diversos	750	311	4.496	822
Fornecedores circulante	<u>54.783</u>	<u>242.468</u>	<u>131.168</u>	<u>242.940</u>
Aquisição de controlada (e)		-	55.309	-
Usuário livre (f)	20.586	17.453	20.587	17.453
Fornecedores não circulante	<u>20.586</u>	<u>17.453</u>	<u>75.896</u>	<u>17.453</u>
	<u>75.369</u>	<u>259.921</u>	<u>207.064</u>	<u>260.393</u>

(a) O saldo de provisão operacional refere-se à provisão dos encargos do sistema: CUSD, CCT e TFSEE.

(b) Refere-se ao custo do transporte de gás contra a sua controlada GOM.

(c) Refere-se as compras de energia elétrica realizadas pela sua controlada ÂmbAr Comercializadora.

(d) O saldo se refere a aquisição de gás natural para operação das Usinas ÂmbAr e Uruguaiana;

(e) Corresponde ao saldo a pagar referente a compra indireta parcelada de sua controlada ÂmbAr Uruguaiana;

(f) Refere-se à provisão de tarifa do Usuário Livre em negociação pela Companhia.

19. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Salários e encargos	681	477	993	530
Provisões férias e encargos	2.359	1.876	5.212	3.985
Retenções na fonte	596	259	698	259
ICMS / VAT / GST a recolher (a)	63	24	279	253
PIS/COFINS (a)	72.650	25.035	148.294	26.170
IR/CSLL	4.699	4.819	10.164	10.494
Outros	29	31	8.254	8.650
	<u>81.077</u>	<u>32.521</u>	<u>173.894</u>	<u>50.341</u>
Passivo circulante	81.077	32.521	167.392	43.385
Passivo não circulante (b)		-	6.502	6.956

(a) O saldo de impostos em resumo corresponde ao faturamento de Dez'21;

(b) O passivo não circulante no consolidado, apresenta o montante de R\$ 1.045 referente a provisão de bônus que será pago aos funcionários que completarem 5 anos (GOB) e o montante de R\$ 5.457 referente a IR (12,5%) sobre os juros a pagar ao empréstimo firmando entre a GOB e a GOM.

20. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

(a) Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é constituída com base no lucro tributável do exercício. A base tributável difere do prejuízo apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

(b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são registrados com base no saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicáveis, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A Companhia e suas controladas constituem imposto de renda diferido passivo, quando aplicável, sobre os efeitos tributários da variação cambial de fornecedores, controlados fiscalmente pelo regime de caixa.

A Companhia possui um ativo diferido de R\$ 8.065 adquirido com a incorporação da Zetta Lighting no ano de 2016 que se refere ao ágio fiscal da compra desta, a partir de 2021 a Companhia deu início a amortização do ágio fiscal.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação ou em diferentes entidades tributáveis sempre que exista a intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

A Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, instituída pela Medida Provisória nº 783 de 31 de maio de 2017, onde permitiu que a Companhia liquidasse seus débitos de empresas que fossem controladas direta ou indiretamente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

A reconciliação entre as alíquotas efetivas e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Resultado antes da tributação	637.325	Reapresentado (60.085)	695.525	Reapresentado (60.175)
Expectativa de despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social - Nominal de 34%	(216.691)	20.429	(236.479)	20.460
Ajuste para demonstração da taxa efetiva				
(-) Resultados Positivos/Negativos em Participações Societárias	143.279	33.976	14.049	15.293
Provisão para perdas de créditos fiscais	65.618	(37.738)	117.918	(37.710)
Provisão para desvalorização - ativo imobilizado e estoques			91.947	3.624
Perda de variação cambial não reconhecida	1.226	(332)	(1.036)	9.188
Prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos	(9.964)	(7.644)	(10.767)	(7.644)
Prejuízo fiscal e base negativa reconhecidos (a)			(12.564)	4.619
Outras diferenças permanentes	16.438	(8.691)	(21.534)	(12.606)
Amortização ganho na aquisição FIDC	-	281	-	281
Amortização de ágio fiscal	(1.601)	-	(1.601)	-
Imposto de Renda e Contribuição social diferido contabilizados	-	-	-	5.672
Utilização prejuízo fiscal/base negativa anos anteriores e 10% base imposto	-	-	266	(33)
	<u>(1.695)</u>	<u>281</u>	<u>(59.801)</u>	<u>1.144</u>
Receitas (despesas) de imposto de renda e contribuição social:				
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	(138)	-	(4.870)	(4.619)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (a)	(1.557)	281	(54.931)	5.763
	<u>(1.695)</u>	<u>281</u>	<u>(59.801)</u>	<u>1.144</u>

- (a) O montante de R\$ (54.931) divulgado no consolidado como despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a R\$ (1.557) referente a amortização do ágio fiscal, R\$ (1.762) da controlada GOM referente as diferenças temporárias de variação cambial, R\$ 3.998 da controlada GOB referente a diferença de depreciação contábil versus tributária e R\$ (1.193) referente ao IRPJ/CSLL da mais Valia referente ao laudo de aquisição da GOB, R\$ (24.872) da controlada Comercializadora de Energia refere-se as diferenças temporárias de contratos futuros de energia e R\$ (29.545) da controlada indireta Uruguaiana, refere-se as diferenças temporárias de provisões operacionais;

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

Composição do ativo e passivo fiscal diferido:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativo				
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (a)	10.744	12.346	58.902	46.811
Passivo				
Imposto de renda e contribuição social diferidos (b)	(4.277)	(4.322)	(179.717)	(107.941)
	<u>6.467</u>	<u>8.024</u>	<u>(120.815)</u>	<u>(61.130)</u>

- (a) O ativo diferido da Companhia é composto por R\$ 6.410 referente ao ágio fiscal de aquisição da Zetta Lighting no ano de 2016 e R\$ 4.334 referente reconhecimento de crédito sobre prejuízos fiscais e base negativa constituído para liquidação integral do passivo referente ao PERT relatado acima. Este crédito fiscal será baixado quando os parcelamentos forem consolidados pela Receita Federal do Brasil. No ano de 2021, a Companhia não reconheceu o IRPJ e CSLL diferido sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias no montante de R\$ 65.618 (IRPJ - R\$ 48.248 e CSLL - R\$ - 17.370).

No consolidado o valor de R\$ 58.902 também é composto pela constituição de crédito de 30% sobre o prejuízo fiscal da controlada GOM para abatimento do IRPJ a pagar sobre diferenças temporárias de variação cambial apuradas em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 6.254, R\$ 4.565 referente ao IRPJ/CSLL da mais Valia referente ao Laudo de Aquisição da GOM e R\$ 24.677 referente ao ágio fiscal de aquisição da empresa GOB em 2016, e R\$ 12.662 referente a 30% do prejuízo fiscal sobre as provisões operacionais da controlada indireta Uruguaiana.

- (b) O passivo diferido da Companhia é composto por R\$ 4.277 referente ao ganho na aquisição de participação do investimento FDIC.

No consolidado o valor de R\$ 179.717 também está associado ao reconhecimento das diferenças temporárias de variação cambial ativa apuradas em 31 de dezembro de 2021 da controlada GOM no montante de R\$ 20.848, R\$ 87.514 referente a diferença de depreciação contábil versus tributária da controlada GOB, R\$ 24.871 da controlada Comercializadora de Energia refere-se as diferenças temporárias de contratos futuros de energia e R\$ 42.207 da controlada indireta Uruguaiana, refere-se as diferenças temporárias de provisões operacionais;

21. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
P&D (a)	4.719	3.713	7.501	3.713
FNDCT (a)	2.521	972	5.357	972
MME (a)	1.260	486	2.678	486
Petrobras (b)	96.073	-	96.073	-
Outros (c)	9.270	6.881	17.124	8.892
	<u>113.843</u>	<u>12.052</u>	<u>128.733</u>	<u>14.063</u>
Passivo circulante	63.765	12.052	76.724	14.063
Passivo não circulante	50.078	-	52.009	-

- (a) O montante refere-se a provisões referentes ao setor elétrico;

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

- (b) Em 07 de junho de 2017 a Âmbar recebeu notificação extrajudicial da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, fornecedora de gás natural, visando à resolução unilateral do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural, celebrado em 13 de abril de 2017 entre a Petrobras e a Sociedade para atendimento à Usina Termelétrica Mario Covas ("UTE Cuiabá"), fundamentada em informações de que os executivos da J&F Investimentos, controladora da notificada, teriam supostamente oferecido a agente público pagamento indevido e vedado legalmente. Em maio de 2020 foi proferida a sentença arbitral que condenou a Companhia ao pagamento da multa contratual, e condenou a Petrobras à devolução dos valores antecipados pela Âmbar, sendo deduzidos do valor da multa contratual devida. Em julho de 2021 foi aprovado um parcelamento entre as partes com atualização de dívida, entrada de 15% e o restante parcelado em 30 meses com quitação em janeiro de 2024.
- (c) O montante de R\$ 17.124 apresentado no consolidado é composto por:
- R\$ 9.330 referente Provisão de Participação nos Lucros e Resultados da Companhia e suas controladas;
 - R\$ 3.183 referente provisão ao fornecedor YPFB (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos) - GOB;
 - R\$ 4.555 referente fornecedores diversos e provisões de serviços conforme competência;
 - R\$ 56 referente taxa de administração provisionada pelo Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Milão;

22. Adiantamento de Clientes - Consolidado

	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento de Cliente	<u>79.834</u>	<u>38.719</u>
	<u>79.834</u>	<u>38.719</u>

O adiantamento se refere a antecipação à controlada Âmbar Comercializadora de Energia para faturamentos mensais no decorrer do exercício de 2022.

23. Provisão para riscos processuais e fiscais

A Companhia e suas controladas no curso normal dos seus negócios, estão sujeitas a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa de desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos processuais. Com base nessa avaliação, considerando a perda como provável, as seguintes provisões foram efetuadas:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fiscais	1.620	1.409	5.019	2.077
Civil	-	112.598	143.566	112.598
	<u>1.620</u>	<u>114.007</u>	<u>148.585</u>	<u>114.675</u>

Movimentação dos processos:

	2020	Aquisição controlada	Adição	Efetivação	2021
Fiscais (a)	2.077	2.661	281	-	5.019
Civil (b)	112.598	139.785	3.781	(112.598)	143.566
Total	<u>114.675</u>	<u>142.446</u>	<u>4.062</u>	<u>(112.598)</u>	<u>148.585</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

- (a) A Companhia obteve Liminar para suspensão do pagamento dos impostos de PIS e COFINS sobre a receita financeira em 07/2015, porém mantém a provisão de R\$ 1.937 destes impostos na contabilidade, até trânsito em julgado do processo e mantém a provisão de R\$ 99 referente ao pagamento de multa devido entrega em atraso da EFD contribuições no ano de 2013 e 2014. As provisões são corrigidas pela taxa SELIC, sendo R\$ 1.620 controladora, R\$ 2.713 Âmbar Uruguiana e R\$ 685 GOM.
- (b) Liquidação de Transações de Compra e Venda de Energia período de dezembro de 2000 a março de 2002 - CCEE. A Companhia ingressou com ação em face da ANEEL, do ONS e da CCEE, visando a declaração de que as paralisações para a antecipação de manutenção de suas usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre dezembro de 2000 a março de 2002, são passíveis de ressarcimento via ESS; (ii) a declaração acerca da ilegalidade e da inconstitucionalidade do Despacho n.º 116/2002 da ANEEL, com a consequente manutenção dos preços praticados pela Companhia em junho de 2001; (iii) a condenação da ANEEL em aplicar às paralisações para antecipação de manutenção das usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre dezembro de 2000 a março de 2002, o sistema de ressarcimento ESS; e (iv) a condenação do MAE/CCEE a refazer a contabilização e liquidação das operações da Companhia, levando em consideração o ressarcimento de suas paralisações para antecipação de manutenção e os preços de comercialização de energia elétrica praticados por ela em junho de 2001. No procedimento cautelar foi proferida decisão concedendo a liminar pleiteada pela Companhia, que determinou a suspensão da exigência dos valores, objeto de escrituração pela CCEE, antigo MAE, posteriormente, sobrevindo sentença confirmando a decisão liminar para julgar procedente a medida cautelar. Aguarda-se o julgamento dos recursos de apelação interpostos pelas ONS e CCEE.

Em relação ao procedimento principal, que por sua vez, discute o mérito das alegações suscitadas pela Companhia, em fevereiro de 2014 sobreveio sentença de 1ª instância julgando improcedentes os pedidos da Companhia, contra a qual foi interposto recurso ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF 1) em 12 de março de 2014.

Em 16 de dezembro de 2015, julgando o recurso da Companhia, o TRF da 1ª Região confirmou a decisão de improcedência proferida pela primeira instância em relação ao procedimento principal.

Em 25 de abril de 2016 foi publicada a decisão de 2ª instância que confirmou a decisão de mérito desfavorável de 1ª instância.

No dia 03 de maio de 2016 a Companhia apresentou embargos de declaração requerendo a modificação da decisão e a atribuição de efeito suspensivo à mesma.

Em 21 de junho de 2017, foi publicada a decisão do TRF 1 extinguindo a ação cautelar. A Companhia opôs embargos de declaração sustentando a manutenção da liminar, vez que ainda não houve julgamento definitivo da ação principal. Em 25 de julho de 2017 foi concedida tutela cautelar determinando efeito suspensivo aos embargos de declaração da Companhia.

Em 18 de agosto de 2017, a ANEEL apresentou recurso (agravo regimental), contra a decisão favorável à Companhia que suspendeu a Contabilização Especial / Liquidação prevista pela CCEE. Ainda não houve manifestação do Tribunal sobre o pedido da ANEEL. Além do julgamento do Agravo Regimental, aguarda-se também o julgamento do mérito do recurso da Companhia (embargos de declaração) na Ação Principal, bem como na Ação Cautelar. Em novembro de 2018, o processo foi encaminhado para novo relator. Em dezembro de 2018, em virtude de audiência realizada com o relator do processo, oportunidade na qual, no mês seguinte foi apresentada resistência do relator em atribuir efeitos modificativos aos embargos de declaração apresentados pela Companhia, o escritório alterou o prognóstico do caso de perda possível para provável, foram realizadas atualizações pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM totalizam R\$143.566 em 31 de dezembro de 2021 (R\$123.706 em 31 de dezembro de 2020).

24. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 30 de dezembro de 2019 mediante a 58ª ACS - Alteração e Consolidação do Contrato Social, os sócios da Âmbar deliberaram a redução do capital da Âmbar em R\$ 473.000 por julgá-lo excessivo em relação ao objeto social. Diante disso, o saldo de R\$ 1.777.524 passou a ser R\$ 1.304.524 representado por 1.304.523.502 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

Em 10 de fevereiro de 2020 mediante a 59ª ACS - Alteração e Consolidação do Contrato Social, os sócios da Âmbar deliberaram a redução do capital da Âmbar em R\$ 285.000 por julgá-lo excessivo em relação ao objeto social. Diante disso, o saldo de R\$ 1.304.524 passou a ser R\$ 1.019.524 representado por 1.019.523.502 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

Em 25 de novembro de 2020 mediante a 63ª ACS - Alteração e Consolidação do Contrato Social, os sócios da Âmbar aprovam o aumento de capital da Âmbar em R\$ 236 pela sócia Futura. Diante disso, o saldo de R\$ 1.019.524 passou a ser R\$ 1.019.760 representado por 1.019.760.465 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Companhia era composto pelo saldo de R\$ 1.019.760 e representado por 1.019.760.465 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00. A seguir as alterações societárias:

Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de reservas de capital de R\$ 8.013 é composto por ágio fiscal da compra/incorporação da Zetta Lighting no ano de 2016.

Reserva legal

Constituída em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 12.866, com base em 5% do lucro líquido do período, deduzidos do valor dos incentivos fiscais, limitada a 20% do capital social integralizado.

Reserva de Incentivos fiscais

Corresponde à parcela do lucro decorrente das subvenções governamentais para investimentos, mencionados na Nota 25.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

Reservas de lucro

Os lucros apresentados foram integralmente destinados a reservas de lucro, de acordo com os incisos I e II do parágrafo 1º do artigo 197 da Lei 6.404/76, essa reserva deve apenas ser utilizada para absorver prejuízos e pagar dividendos. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo dessa reserva é de R\$421.043.

25. Subvenções governamentais para investimentos

O benefício fiscal concedido pelo Estado do Mato Grosso, reduz a base de cálculo do ICMS nas operações internas e de importação de gás natural destinado ao consumo veicular ou industrial. Diante do posicionamento do STJ de que a inclusão da subvenção nas referidas bases de cálculo representa indevida afronta ao pacto federativo, o benefício que antes possuía um entendimento diferente por parte da RFB, passa a ser considerado subvenção para investimento, podendo, desta forma, ser excluído da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e permitindo assim, a retroatividade dos últimos 5 anos.

	Nominal	Efetiva
Alíquota	17%	2%
ICMS - Ano corrente	67.367	7.936
ICMS - Anos anteriores	108.817	4.513

26. Receita líquida

A Companhia está operando no mercado de Curto prazo com a CCEE. Esta receita está reconhecida na parcela de energia. Quanto a receita consolidada, é composta também pela receita de transporte de gás natural na fronteira com a Bolívia/Brasil, comercialização atacadista de energia elétrica e parcela de energia da controlada indireta Âmbur Uruguiana.

A composição da receita operacional líquida apresenta-se da seguinte maneira:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita de vendas de produtos	1.301.610	418.335	2.304.594	472.197
	<u>1.301.610</u>	<u>418.335</u>	<u>2.304.594</u>	<u>472.197</u>
(-) Encargos regulatórios	(13.415)	(5.397)	(13.415)	(5.397)
(-) Impostos sobre vendas e serviços	(120.399)	(35.635)	(228.614)	(45.742)
	<u>(133.814)</u>	<u>(41.032)</u>	<u>(242.029)</u>	<u>(51.139)</u>
Receita Operacional Líquida	<u>1.167.796</u>	<u>377.303</u>	<u>2.062.565</u>	<u>421.058</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

27. Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custo de gás	(837.252)	(227.333)	(1.361.812)	(227.333)
Transporte de gás (partes relacionadas)	(30.057)	(20.080)	-	-
Incentivos Fiscais ICMS (NE 24)	59.431	-	59.431	-
Custo de aquisição de energia	-	-	(121.522)	(14.429)
Seguros	(228)	(3.281)	(4.148)	(4.396)
Salários e encargos	(30.553)	(29.072)	(45.854)	(37.842)
Manutenção das instalações	(7.260)	(30.454)	(19.076)	(34.697)
Depreciação	(20.175)	(21.770)	158.941	(28.307)
Outros custos	(3.286)	(730)	(3.976)	(1.080)
Serviços externos contratados	7.757	(8.812)	(7.835)	(13.060)
Encargos do Sistema	(23.762)	(19.580)	(32.146)	(19.580)
Demais despesas administrativas	(1.957)	(2.357)	(5.833)	(4.789)
Outras receitas (despesas), líquido	(322)	(75.932)	(47.771)	(76.441)
	<u>(887.664)</u>	<u>(439.401)</u>	<u>(1.431.601)</u>	<u>(461.954)</u>
Custo dos serviços prestados	(929.749)	(341.695)	(1.405.106)	(354.285)
Despesas gerais e adm. e outras (despesas)	42.085	(97.706)	(26.495)	(107.669)
	<u>(887.664)</u>	<u>(439.401)</u>	<u>(1.431.601)</u>	<u>(461.954)</u>

28. Resultado financeiro, líquido

Substancialmente representadas por remuneração de aplicações financeiras e impostos a recuperar, encargos e variações cambiais de saldos com fornecedores e de empréstimos e financiamentos.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Resultado de variações cambiais ativas e passivas	(13.253)	(13.252)	12.793	20.359
Juros passivos	(25.740)	(26.887)	(39.698)	(26.888)
Juros ativos	6.608	495	11.937	2.181
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(31.332)	(58.274)	(35.869)	(58.889)
	<u>(63.717)</u>	<u>(97.918)</u>	<u>(50.837)</u>	<u>(63.237)</u>
Receita financeira	19.206	30.602	70.683	90.124
Despesa financeira	(82.923)	(128.520)	(121.520)	(153.361)
	<u>(63.717)</u>	<u>(97.918)</u>	<u>(50.837)</u>	<u>(63.237)</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

29. Valor justo de contrato de energia

A controlada Âmba Comercializadora, opera no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes.

Instrumentos Financeiros (contratos futuros)	31/12/2021	31/12/2020
Ganho temporário - ativo circulante e não circulante	189.556	13.193
Perda temporária - passivo circulante e não circulante	(116.405)	(14.618)
Resultado Líquido	<u>73.151</u>	<u>(1.425)</u>

O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros), podem variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos foram feitas considerando a data base 31 de dezembro de 2021. A Companhia tem contratos futuros com vencimentos até o exercício de 2034.

O valor justo dos contratos de energia estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Com consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. O valor justo dos contratos de energia, já estão líquidos dos impostos de PIS/COFINS (alíquota de 9,25%):

	2022 -2026	2027 -2034	Total
Valor justo contratos de energia	48.456	24.695	73.151

30. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Consolidado						
Modalidade	Seguradora	Companhia/ Empresa	Vigência	Moeda	Importância Segurada (Mil)	Prêmio (Mil)
Risco Operacional (a)	Tokio Marine Seguros	Âmba	11/03/2022 a 10/03/2023	R\$	2.796.016	1.784
Respons. Civil Geral (b)	Swiss Re Corporate Solution	Âmba	11/03/2022 a 10/03/2023	R\$	50.000	236
Seguro Garantia	HDI Seguros	Âmba	23/09/2021 a 23/09/2022	R\$	1.374	5

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

Consolidado						
Modalidade	Seguradora	Companhia/ Empresa	Vigência	Moeda	Importância Segurada (Mil)	Prêmio (Mil)
D&O Administradores	Fator Seguradora	Âmbar	30/06/2021 a	R\$		
			30/06/2022		20.000	7
Veículos	Sompo Seguros	Âmbar	04/07/2021 a	R\$		6
			04/07/2022		100% FIP	
Seguro Garantia	HDI Seguros	Âmbar	23/09/2021 a	R\$		
			23/09/2022		82.111	185
Risco Operacional	Tokio Marine Seguros	GOM	11/03/2022 a	R\$		
			10/03/2023		2.796.016	1.784
Respons. Civil Geral	Swiss Re Corporate Solution	GOM	11/03/2022 a	R\$		
			10/03/2023		50.000	236
D&O Administradores	Ezze Seguro	GOM	30/06/2021 a	R\$		
			30/06/2022		30.000	4
Veículos	Sompo Seguros	GOM	04/07/2021 a	R\$		
			04/07/2022		100% FIP	18
Risco Operacional	Alianza Compañía de Seguros y Reaseguros S.A.	GOB	11/03/2022 a	US\$		
			10/03/2023		267.598	123
Responsabilidade Civil Geral	Alianza Compañía de Seguros y Reaseguros S.A.	GOB	11/03/2022 a	US\$		
			10/03/2023		3.000	18
D&O Administradores	Fator Seguradora	CML	30/06/2021 a	R\$		
			30/06/2022		20.000	4
D&O Administradores	Fator Seguradora	SOLAR	30/06/2021 a	R\$		
			30/06/2022		20.000	4
Risco Operacional	Berkley	SOLAR	30/06/2021 a	R\$		
			31/05/2022		687	2
Risco Operacional	Berkley	SOLAR	04/08/2021 a	R\$		
			25/05/2022		1.562	2
D&O Administradores	Fator Seguradora	CML GÁS	30/06/2021 a	R\$		
			30/07/2022		20.000	4
D&O Administradores	Fator Seguradora	URU	13/11/2021 a	R\$		
			02/02/2023		40.000	52
Seguro Garantia	Fairfax	URU	07/07/2017 a	R\$		
			07/07/2022		105.000	3.414
Seguro Garantia	Fairfax	URU	22/04/2020 a	R\$		
			22/04/2025		27.990	1.260
Seguro Garantia	Fairfax	URU	31/03/2020 a	R\$		
			07/07/2022		123.970	399
Seguro Auto Frota	Allianz	URU	28/05/2021 a	R\$		
			28/05/2022		100% FIP	9
Risco Operacional	Starr	URU	11/03/2022 a	R\$		
			10/03/2023		1.709.522	3.682
Seguro Garantia Setor Público	Fairfax	URU	30/06/2021 a	R\$		
			22/04/2025		268	10
Seguro Garantia Setor Público	Fairfax	URU	30/06/2021 a	R\$		
			07/07/2022		9.768	100

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

Consolidado						
Modalidade	Seguradora	Companhia/ Empresa	Vigência	Moeda	Importância Segurada (Mil)	Prêmio (Mil)
D&O Administradores	Ezze Seguros	URU	30/06/2021 a 30/06/2022	R\$	30.000	52
Seguro Garantia	Pottencial	URU	30/09/2021 a 01/10/2026	R\$	3.801	381
Seguro Garantia	Pottencial	URU	30/09/2021 a 01/10/2026	R\$	2.985	299

- Seguro Garantia Judicial: abrange os valores em juízo da companhia ao Sistema Judiciário do Distrito Federal;
- Risco Operacional: abrange danos materiais sem cobertura para lucros cessantes cujo objeto segurado engloba a UTE Cuiabá (Usina Termoelétrica), GOB, GOM - Gasocidente de Mato grosso Ltda, Âmbar Uruguiana e Solar;
- Responsabilidade Civil Geral: tem por finalidade garantir a indenização ao segurado por danos involuntários, corporais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência de operações da Companhia.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, foram determinadas pela Administração da Companhia, no contexto de gerenciamento de seu risco.

31. Instrumentos financeiros e de gestão de risco

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou valor justo contra o resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Ativos (Custo amortizado)					
Caixa e equivalentes de caixa	5	169.484	29.016	258.824	141.433
Contas a receber de clientes	6	701.575	270.697	1.518.375	292.363
Partes relacionadas	9	414.240	256.955	367.841	167.292
Valor justo dos contratos de energia	29	-	-	189.556	13.193
		<u>1.285.299</u>	<u>556.668</u>	<u>2.334.596</u>	<u>614.281</u>
Passivos (Custo amortizado)					
Fornecedores	18	(75.370)	(259.921)	(207.064)	(260.393)
Partes relacionadas	9	(584.444)	(520.167)	(478.313)	(483.314)
Empréstimos e financiamentos	17	(999.620)	(246.222)	(1.556.634)	(246.222)
Valor justo dos contratos de energia	29	-	-	(116.405)	(14.618)
		<u>(1.659.434)</u>	<u>(1.026.310)</u>	<u>(2.358.416)</u>	<u>(1.004.547)</u>

▪ Risco de crédito:

A Companhia pode incorrer na possibilidade de perdas com valores a receber oriundos de geração de energia junto a CCEE (Câmara Comercializadora de Energia Elétrica). Para reduzir esse risco, é realizada constantemente a análise de crédito dos clientes.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

▪ Risco com taxa de juros:

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Administração entende que o risco de taxa de juros não é relevante. Desta forma, dispensa a apresentação da análise de sensibilidade para este risco.

▪ Risco de mercado:

As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às taxas de juros e variação cambial, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros e fluxos de caixa futuros.

Na controlada Âmba Comercializadora, o risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em virtude das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociados no mercado. Normalmente o risco é gerado por uma posição de energia em aberto (sobras ou déficits) ainda não convertida em contratos, exposta, portanto, a movimentos de preços de mercado que, em casos desfavoráveis para a Companhia detentora da posição, fazem reduzir seu o valor da carteira de energia. Estas flutuações, positivas ou negativas, geram impacto econômico em todos os agentes atuantes no mercado livre de energia e são constantemente monitoradas pela administração da Companhia. A Companhia considera pelo valor já gerado em seu portfólio, e por isto, utiliza de diversos mecanismos de avaliação de risco, tais como: departamento de risco com reporte diário aos administrados, metodologia de risco utilizando VaR "Value at Risk", análise stress e sensibilidades, limites de riscos estabelecidos pela administração, atualização diária de preços e de volatilidade, reuniões semanais de alocação de risco e atualizações diárias das variáveis em risco.

Valor justo dos contratos de energia (contratos futuros)	12/2021
Ganho temporário - circulante	67.534
Ganho temporário - não circulante	122.022
Perda temporária - circulante	(75.334)
Perda temporária - não circulante	(41.071)
Resultado líquido	<u>73.151</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

Exposição energética em MWh

Ano	Compra	Venda	Exposição (Short)/Long
2022 à 2026	3.817.320	(2.408.340)	1.408.980
2027 à 2034	3.682.080	(18.834)	3.663.246
	7.499.400	(2.427.174)	5.072.226

▪ Análise de sensibilidade:

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação do preço da energia e taxa de juros.

▪ Análise de sensibilidade sobre as operações de compra e venda de energia

O principal fator de risco é a exposição à variação dos preços de mercado da energia do mercado livre. A variação da taxa de desconto não impacta de forma relevante o valor justo apurado. As análises de sensibilidade foram preparadas conforme metodologia de VaR da Companhia, o qual é a principal ferramenta de gerenciamento aplicada para esse tipo de risco. Dessa forma, considerando um cenário de elevação de preços, considerando a série de preços que reflete a série p95 do VaR (máxima perda no cenário de alta de preços) e outro cenário de redução de preços considerando a série de preços que reflete o p05 do VaR (máxima perda no cenário de redução de preços):

	Varição de preço	31/12/2021	Cenários projetados
Ganhos (perdas) não realizados em operações de compra e venda de energia em mercado ativo	Elevação (VaR p95)	73.151	73.500
	Queda (VaR p05)	73.151	72.804

Essa análise sensibilidade capturada pela metodologia de VaR da Companhia, dado a volatilidade histórica do mercado e correlação entre os produtos, apresenta maior variação de preço no curto prazo dado sua grande correlação com variáveis mais incertas como hidrologia e carga, e menor variação no longo prazo devido sua baixa correlação com essas variáveis e maior correlação com a dinâmica de oferta e demanda de energia.

▪ VaR - O VaR é a avaliação do potencial máximo de perda (ou pior perda) a um intervalo de confiança especificado (α é nível de confiança) que um investidor estaria exposto dentro de um horizonte de tempo considerado. O VaR pode ser traduzido como a quantia em que as perdas não se excederão em $(1 - \alpha)$ % dos cenários. A Companhia utiliza um espaço de confiança de 95%. Um VaR (95%) indica que existem 5 chances em 100 de que o prejuízo seja maior do que o indicado pelo VaR no prazo para o qual foi calculado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

- P95 do VaR - Nesse caso p95 do VaR indica a séria que representa a máxima perda das sérias geradas no caso de alta de preços.
- P05 do VaR - Nesse caso p05 do VaR indica a séria que representa a máxima perda das sérias geradas no caso de baixa de preço.
- Riscos regulatórios:

Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia (MME), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

- Risco com taxa de câmbio:

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados para o exterior ou aumentem valores decorrentes da aquisição de insumos importados.

Para minimizar este risco, a Companhia monitora as exposições e gerenciam o risco avaliando a necessidade ou não da utilização de instrumentos financeiros de proteção cambial (derivativos).

- Fluxo de caixa efetivo - Quadro de exposição em moedas estrangeiras:

No balanço de dezembro de 2021 da Companhia e das controladas GOM e GOB, o saldo de exposição cambial em dólares norte-americanos foi de USD 32.531 mil e USD 71.374 mil em 2020.

Foi incluído na exposição o valor de USD 2.969, referente a compra da controlada indireta Âmbar Uruguaiana, realizada parcialmente em dólar.

	US\$ Mil			
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Passivo				
Partes relacionadas	2.537	-	25.317	27.517
Fornecedores	7.214	43.857	10.183	43.857
Exposição líquida	9.751	43.857	35.499	71.374

- Análise de sensibilidade:

Conforme o CPC 40 (IFRS 7), a Companhia, para fins de análise de sensibilidade dos riscos de mercado, analisa conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

Para a análise de sensibilidade das operações indexadas em moeda estrangeira, a Administração adotou como cenário provável os valores da curva futura da oscilação da moeda, com base em projeções e informações de mercado. Como referência, aos demais cenários, foram consideradas a deterioração e apreciação com variações entre 25% e 50% sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos saldos apresentados nos registros contábeis.

A metodologia adotada para apuração dos saldos apresentados no quadro abaixo, consistiu em substituir a taxa de câmbio de fechamento utilizada para fins de registro contábil pelas taxas expressadas conforme os cenários a seguir:

- Cenário de análise de sensibilidade:

	Controladora			
	Taxa de câmbio USD de liquidação das cambiais	Saldo líquido de exposição cambial em USD	Taxa cambial de referência (R\$/USD)	Efeito total de ajuste no PL em Reais (R\$)
50% Pior	8,37	9.751	5,58	27.200
25% Pior	6,98	9.751	5,58	13.605
Realista	5,40	9.751	5,58	(1.760)
25% Melhor	4,19	9.751	5,58	(13.605)
50% Melhor	2,79	9.751	5,58	(27.209)

	Consolidado			
	Taxa de câmbio USD de liquidação das cambiais	Saldo líquido de exposição cambial em USD	Taxa cambial de referência (R\$/USD)	Efeito total de ajuste no PL em Reais (R\$)
50% Pior	8,37	35.499	5,58	99.052
25% Pior	6,98	35.499	5,58	49.526
Realista	5,40	35.499	5,58	(54.332)
25% Melhor	4,19	35.499	5,58	(49.526)
50% Melhor	2,79	35.499	5,58	(99.052)

32. Efeito COVID-19 nas demonstrações contábeis

A Administração da Companhia afirma que está monitorando os desdobramentos do surto do coronavírus, com objetivo de adequar a operação e preservar a segurança de seus colaboradores e implementou algumas alterações na gestão de seus negócios, tais como:

Escritório São Paulo: São Paulo atualmente conta com a presença física de todos os colaboradores, tomando todos os cuidados para garantir a sua segurança, tais como: A temperatura dos colaboradores é aferida na recepção, uso obrigatório de máscaras, dispensadores de álcool 70% estão disponíveis pelo escritório, distanciamento de lugares de cada colaborador, instalação de divisórias de acrílico na mesa de cada colaborador e os equipamentos passam por desinfecção após o expediente.

Usina/GOM/GOB/Uruguaiana: As atividades seguem dentro da rotina planejada e pré-estabelecida, visando a manutenção da capacidade operacional do complexo. Foi adotado o mesmo procedimento de biossegurança do escritório de São Paulo.

Entendemos que a Pandemia provocada pelo Covid-19 é um evento sem precedentes na história do País, entretanto, felizmente, as medidas adotadas pela Companhia têm permitido a manutenção das atividades essenciais e necessárias à continuidade dos negócios.

33. Eventos subsequentes

Em março de 2022, as 11 notas promissórias adquiridas em novembro de 2021 pela controlada indireta Âmbur Uruguaiana, teve sua liquidação inicialmente em 08/02/22 prorrogada, sendo 3 notas promissórias quitadas em 11/03/2022 e as demais postergadas para 15/06/2022, considerando as mesmas taxas utilizadas no contrato original.

Em 04/02/2022 foi celebrado um novo contrato interruptível de compra e venda de gás natural com a Petrobrás com vigência de até 31/12/2022.